

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PINHO GÁLVEAS REDACÇÃO: RUA DOGUE DE PAULINA, 30-37-07 TELEFONES: 508018-51208 LISBOA

24 horas
diariamente

Conselho de Ministros

A COMISSÃO de Ministros reuniu-se esta manhã em sessão pública no Palácio Nacional da Ajuda, para discutir o projecto de Lei da Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

O Conselho de Ministros reuniu-se esta manhã em sessão pública no Palácio Nacional da Ajuda, para discutir o projecto de Lei da Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

O Conselho de Ministros reuniu-se esta manhã em sessão pública no Palácio Nacional da Ajuda, para discutir o projecto de Lei da Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

Vasco Gonçalves reúne-se com a RTP

O PRIMEIRO-MINISTRO António de Gouveia reuniu-se esta tarde com o Conselho de Administração da RTP, para discutir o projecto de Lei da Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

Enviado de Kissinger para discutir as Lojas

O ENVIADO especial dos Estados Unidos para a Europa Ocidental, Henry Kissinger, chegou esta tarde a Lisboa, para discutir o projecto de Lei da Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

Emigrantes maiores de 29 anos passam a reservistas

Os emigrantes portugueses maiores de 29 anos, que não tenham sido reservistas, passarão a ser considerados como tal, a partir de 1 de Janeiro de 1975.

Presença do M.F.A. na Constituinte interessa meios políticos

A presença do M.F.A. na Constituinte interessa os meios políticos, segundo fontes próximas do M.F.A., que afirmam que a presença do M.F.A. na Constituinte é uma garantia de estabilidade política.

O Conselho de Estado introduz alterações ao projecto de lei eleitoral

O Conselho de Estado introduziu alterações ao projecto de lei eleitoral, apresentando um novo texto que prevê a criação de um novo sistema eleitoral.

Novo suplemento

Expresso artesletras ciências
informação crítica

Alguns questões sobre a Lei da Greve e do Lockout respondem TIV e Mercado Curto Pág. 15

O mito do desenvolvimento económico de Angola Pág. 27

EM ENTREVISTA COM JOSÉ TENCARRINHA Pág. 17 e 18

Aumento provável dos descontos para o Fundo de Desemprego

O aumento dos descontos para o Fundo de Desemprego é provável, segundo fontes próximas do M.F.A., devido ao aumento da taxa de desemprego.

Kuwait: missão oficiosa em Portugal

Uma missão oficiosa do Kuwait chegou a Portugal para discutir o projecto de Lei da Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

Intervenção directa do Estado em empresas privadas

A intervenção directa do Estado em empresas privadas é uma medida necessária para garantir a estabilidade económica, segundo fontes próximas do M.F.A.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975

Vitor Alves prevê a passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975, segundo fontes próximas do M.F.A.

Alguns questões sobre a Lei da Greve e do Lockout respondem TIV e Mercado Curto Pág. 15

O mito do desenvolvimento económico de Angola Pág. 27

EM ENTREVISTA COM JOSÉ TENCARRINHA Pág. 17 e 18

Audemars Piguet
Le plus prestigieux des horlogers

24 horas

em notícia

Conselho de Ministros

O CONSELHO de Ministros ontem reunido ouviu uma exposição do ministro da Justiça sobre os principais problemas postos à actuação do seu departamento, ouvindo igualmente uma exposição do ministro das Finanças sobre a preparação do orçamento para o ano de 1975 e alguns problemas relativos à preparação da execução do Plano de Fomento também para 1975.

O Conselho aprova dezanove projectos de diplomas legais, entre os quais salientamos os seguintes: o que define o regime jurídico dos contratos de desenvolvimento para a habitação; o que extingue o conselho de gerência e o conselho de fiscalização dos CTT e JLP e institui em sua substituição o conselho de administração e o conselho fiscal previstos no Decreto-Lei n.º 49368; o que insere disposições legais reguladoras dos termos em que ficam vinculados os técnicos portugueses que vão a prestar serviço na República da Guiné-Bissau e que regulariza a situação dos cidadãos portugueses que em 10 de Setembro de 1974 faziam parte dos quadros do pessoal dos serviços públicos da Guiné; o que aprova para ratificação um acordo entre o governo de Portugal e o governo da Tailândia sobre o comércio de produtos agrícolas no quadro da Associação Europeia de Comércio Livre; e o que garantindo nos termos da lei a natureza vitalícia e inamovibilidade dos juizes dos tribunais ordinários em efectividade de funções dá nova redacção ao art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 277/74, de 25 de Junho em relação ao procedimento disciplinar instaurado contra magistrados.

O Conselho aprovou ainda a recomendação do Conselho Económico-Social de outorga de mais três áreas de concessão para prospecção de petróleo no "off-shore" designando para autorizar em representação do Estado, o Secretário de Estado da Indústria. Como o EXPRESSO oportunamente informou, a concessionária é a Texaco.

Vasco Gonçalves reúne-se com a RTP

O PRIMEIRO MINISTRO, brigadeiro Vasco Gonçalves, recebeu ontem de manhã, durante cerca de uma hora, os membros da nova Comissão de Programas da Televisão e elementos do Conselho de Administração da RTP.

A reunião teve como objectivos gerais a melhoria da qualidade de programação e a contribuição da televisão para a criação de uma mentalidade democrática em Portugal.

Enviado de Kissinger para discutir as Lajes

O EMBAIXADOR itinerante Robert McCloskey, que se encontra em Portugal como enviado especial de Kissinger para discutir de acordo luso-americano sobre as Lajes, foi recebido ontem de manhã pelo Presidente da República, General Costa Gomes e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, prof. Jorge Campinos, e à tarde pelo primeiro ministro brigadeiro Vasco Gonçalves e pelo Ministro sem Pasta Major Melo Antunes.

É natural que as negociações relativas aos Açores se prolonguem ainda por umas largas semanas (ver a este propósito o editorial do EXPRESSO da última semana "Portugal, os árabes e os americanos"). A reunião de peritos económicos, cuja chegada McCloskey anunciou para a próxima semana, vêm fazer um estudo económico geral da situação portuguesa e a sua influência essencialmente se relaciona com o problema das Lajes, decorrendo essencialmente do acordado nas conversações entre Costa Gomes e Ford, realizadas aquando da visita do Presidente da República aos Estados Unidos em Outubro último.

Emigrantes maiores de 29 anos passam a reservistas

MUITOS portugueses que saíram do país ao longo dos últimos anos — em grande parte devido à recusa em participar na guerra colonial — poderão ver a sua situação militar regularizada.

Com efeito, segundo disposições oficiais que deverão ser lançadas públicas no decorrer da próxima semana, os portugueses maiores de 29 anos, habitualmente residentes no estrangeiro, e que se encontrem na situação militar de adiados de classificação ou em condições de poder ser adiados, terão a possibilidade de requerer a passagem à Reserva Territorial. Trata-se, assim, que, ao abrigo das disposições referidas, muitos portugueses, que se viam obrigados a exilar-se em países estrangeiros, possam reintegrar-se na vida activa em Portugal, com autorização para permanecer por tempo indeterminado ou base residência no nosso país. Em termos mais concretos, essas disposições correspondem, efectivamente, a uma dispensa de cumprimento do serviço militar em circunstâncias normais. Entretanto, tudo leva a crer que as normas em questão tenham a ser em breve largamente divulgadas entre os círculos portugueses no estrangeiro, o que, em princípio, deverá estimular o regresso de um número considerável de emigrantes, nomeadamente os que dispõem de qualificação — ou a eles podem vir a aceder — a nível de "quadros", cuja ausência se faz geralmente sentir em Portugal.

SEDES define posição em A. Extraordinária

INICIOU-SE ONTEM e prossegue durante todo o dia de hoje uma Assembleia Extraordinária da Sedes, convocada pelo Conselho Coordenador para debate de temas elaborados por diversos grupos de trabalho, definindo a posição da Associação nos domínios económico, social e político-administrativo.

A Assembleia (que, como que constitui o 1.º Congresso da Sedes desde a sua fundação) assistem cerca de duas centenas de sócios, entendendo-se que as sessões devem decorrer à porta fechada, visto encontrarem-se em causa questões íntimas da Associação.

Um dos pontos particularmente importantes é o da revisão dos estatutos da Sedes, existindo uma proposta para a sua transformação em Associação política, sem características partidárias.

Nos sócios inscritos para a Assembleia encontram-se filiados do P.S., do P.P.D., além de outros sem filiação partidária.

Nova fase

Com esta Assembleia Geral entra a Sedes numa nova fase da sua existência.

Constituída no início de 71, a aprovação dos seus estatutos pelo Ministério do Interior demorou cerca de sete meses. O primeiro Conselho Coordenador, presidido por Rui Vilár — agora Ministro da Economia — e, tendo por Secretário-Geral Sousa Gomes (hoje Presidente) ocupou-se da estruturação da Associação.

Neste período assumem particular relevo as campanhas nacionais de educação e saúde, sujeitas a condicionamentos administrativos restrictivos.

O segundo Conselho Coordenador é presidido por Magalhães Mota (neste momento Ministro sem pasta, e dirigente do P.P.D.) pertencendo-lhe, entre outros,

Francisco Sá Carneiro (Secretário-Geral do P.P.D.), João Salgueiro e Mário Bragança (Governador Civil de Lisboa), exercendo as funções de Secretário-Geral Henrique Santa Clara Gomes (actual Subsecretário de Estado da Segurança Social). O terceiro Presidente foi Jorge Sá Borges (agora dirigente do P.P.D.) e Secretário-Geral João Salgueiro.

No período 72-74, em relevo a posição frontal da Sedes contra a reeleição de Thomas ("O Portugal que queremos ser"), e contra as eleições de 73, "bem como o trabalho "Portugal para onde vai?".

Depois de 25 de Abril, um grupo de sócios e dirigentes da Sedes lançou o P.P.D., continuando filiação na Associação. Posteriormente, alguns associados da Sedes foram assumindo diversas opções partidárias (P.S., P.P.D., MÉS, MDP/CDE) permanecendo aquela instituição como um ponto de encontro e diálogo pluralista sem preocupações de Partido.

Com a passagem do MDP/CDE a Partido, a Sedes ficou a ser a única associação do seu género.

Os corpos sociais, eleitos há quatro meses sob o signo "A realização por via democrática de um projecto socialista adequado à realidade portuguesa", lançaram grupos de trabalho, que após algum tempo de interregno — culminaram na presente Assembleia Geral.

Compõem o Conselho Coordenador Sousa Gomes, Gomes Cardoso, Torres Campos (Secretário de Estado da Indústria e Energia), João Boteguiña, Manuel Viana Machado, Mário Mirante, Mário Pina Correia, Vítor Constâncio (Secretário de Estado do Planeamento Económico) e Henrique Santa Clara Gomes. Exercem funções na Assembleia Geral, entre outros, Rui Vilár e Luís Nandim de Carvalho (Subsecretário da Administração Interna).

Imagem externa e definição interna

EM DIVERSAS FRENTES externas, Portugal exerce um esforço assinalável visando dar uma imagem clara e tranqüila da situação no país. Membros do Governo, pessoas ligadas à actividade económica, representantes do MFA viajam por vários continentes, participam em reuniões internacionais, dão entrevistas aos meios de comunicação social. A súbita e positiva mudança verificada em Portugal depois do 25 de Abril não foi, na verdade, inteiramente compreendida, assimilada ou aceite em muitos países e em muitos meios. Torna-se, por isso, imperioso — para cada português e não apenas para os colocados em posições de comando — explicar lá fora o que somos, porque somos e o que queremos ser.

Simplesmente, as versões sobre Portugal dadas aos estrangeiros, tanto ao nível dos altos dirigentes como no plano dos simples e mortais cidadãos, nem sempre serão coincidentes. Um português MRPP não vê Portugal e o que nele se passa como um português PCP. Um português CDS não analisa o seu país como um português PPD. Sem falar já nos outros partidos (e nos reacçãoários não formalmente agrupados, que os há e muitos) é forçoso concluir que são diversificadas as opiniões dos portugueses sobre o que é e o que deverá ser a sua terra.

Poderá dizer-se que isso é inevitável e que é também desejável, na medida em que representa um importante e definitivo passo para um pluralismo democrático que corresponde ao espírito do Programa do MFA. É verdade, mas há certas opções que talvez não possam esperar muito mais tempo. Tal como para a descolonização se entendeu que não era possível aguardar até às eleições, é provável que noutros sectores não seja aconselhável permanecer na indecisão.

Um desses sectores é o económico. Em que sistema vivemos? Capitalismo arrependido ou socialismo disfarçado? Socialismo para certas coisas e capitalismo para outras? E que capitalismo, se for capitalismo? E que socialismo, se for socialismo?

Trabalhadores e patrões, consumidores e produtores começam a fazer esta pergunta com progressiva ansiedade e é preciso encontrar uma resposta para ela.

As contradições e incoerências são veneno fatal para um sistema que se pretende novo e em arranque. E não há tentativas de firmar uma imagem externa que sejam bem sucedidas sem que esteja resolvida uma condição prévia: a definição clara da imagem interna.

Paulos, Mano Braderode

De uma incómoda liturgia

EM ARTIGO recentemente publicado pelo "Expresso", José Lebrão de Freitas defendeu a necessidade do adiamento das eleições que se apontam para Março de 1975 e esboçava, desdémico e à laia de mal menor, uma alternativa política para o caso de aquela dilatação não ser possível. Para além do meu acordo quanto às considerações que conduziram o articulista a julgar prematuras aquelas eleições, não deixo de ser significativo que quem assim pensa se sinta na necessidade de forçar ao mesmo tempo uma via alternativa.

A vaca sagrada da política portuguesa

É que, efectivamente, o prazo para a realização das eleições vem sendo de há muito transformado na vaca sagrada da política portuguesa. A ele, muitas e variadas vozes vêm apontando a generalidade dos propósitos democráticos dos governantes, a honra dos militares e a benevolência política internacional e o apoio económico externo. A ele, vão muitas consciências buscar a tranquilidade necessária à redacção do pecado das armas brandidas em 23 de Abril e o exorcismo capaz de afastar o demónio spectral da ditadura militar. A unanimidade ou, pelo menos, entre as principais organizações políticas portuguesas, emprestaram a este culto um fanatismo e uma coesão de mitermes. Uma rocha.

O M. F. A., coisa como está do seu papel singular no singular processo político português, recusa de perder o capital moral que nele investe e verificando que as principais forças políticas comprometidas no mesmo processo passaram o prazo das eleições no Olimpo, reitera, sistematicamente as garantias de que "as datas" serão cumpridas.

O P. P. D., adiantando que as urnas poderão valorizá-lo politicamente tanto ou mais quanto a actual fase do processo o vem depreciando, ajoelha periodicamente perante a vaca — se a colaboração regular de N. S. no "Expresso" lhe representa — após para a necessidade de "legitimar" e "estabilizar".

O P. S., a despeito do peso relativo da sua esquerda, sabe-se destinado a explodir nas urnas e sente a impossibilidade de competir com o P. C. numa fase em que o primordial se joga através do sen-

tido de militância das suas bases: a sua cota eleitoralista, não sendo a única, tende a sobrepor-se às demais, não tanto por sendo ideológico como pela necessária e implacável acção da lógica interna de um aparelho que, em escassos seis meses, não logra preparar-se senão para eleições. Daí a sua desconfiança, não muito latente, por espantilhos "perusos" e a sua genuflexão, discreta mas efectiva, no altar da vaca.

O P. C., talvez porque equilibre nos pratos da balança as vantagens que lhe advém da fase actual do processo com o inconveniente que traria a defesa pública do adiamento das eleições para a sua linha de tranquilização de um país onde o fantasma do anti-comunismo é ainda de carne e osso, faz vista grossa e ignora a vaca, mas respalda intencionalmente a liberdade de culto dos seus companheiros de coligação.

Tudo isto somado a alguns precedentes que deixaram marca leve de que é exemplar o facto de tantas vozes de esquerda terem combatido, durante a crise Palma Carlos, sob a bandeira dos prazos sagrados do programa do MFA, em vez de para e simplesmente denunciarem o carácter contra-revolucionário da manobra faz o tremendo peso ideológico que neste momento a vaca tem em Portugal. E, embora não seja de ontem nem de hoje que as realidades políticas obrigam os governantes a decretar o esquecimento de palavras ditas, também é certo que, como reza um provérbio castelhano, somos donos das palavras que calámos, mas somos escravos daquelas que dissemos.

Obviamos que a realização de eleições prematuras não pode ser a melhor prova dos propósitos democráticos dos governantes. Que a honra dos militares se vem jogando e afirmando em cada dia, que passa no processo português e que não é arriscando o que há de mais profundo e nacional no seu programa que esta honra se ganha. Que não é decreto aos olhos do imenso Terceiro Mundo ou dos países socialistas que umas eleições de modelo britânico ou francês são mais significativas do que a prática política interna e externa do Portugal.

Enfim, se é certo que o grosso do apoio económico externo terá de vir ainda — quer o queiram, quer não — das relações tradicionais e nacionais no seu programa de moeda se dizem de pé — "à espera das eleições" não tenhamos a

capacidade de acreditar que as operações em questão dependem só da realização de eleições, e não — como é de elementar realismo — do resultado delas. Como aquele padre discordante da alfabetização do Nordeste esclareceu exemplarmente perante a reportagem da TV: "só depois das eleições..."

Mas a verdade é que a vaca está em vias de uma sacralização irreversível. Por tudo isto, muito mais do que por um caprichoso respeito formal pelo programa do MFA. Até porque esse programa revelou já, na prática, uma ou outra contradição insanável que só com sacrifício parcial da sua letra, pode ser superada.

Penso, porém, aquilo mesmo de que José Lebrão de Freitas falou menos desconfiado: de que todo o latim que se gastou com a dessacralização da vaca vem sendo em parte perdido. Poderão adoptar-se desde já medidas que vão bulir significativamente com as estruturas deste país — e oxalá assim seja; mas os reflexos dessas transformações na ideologia do electorado constituem um processo de sedimentação demasiado longo para que possamos sentir-lhe os efeitos, graças a um adiamento de três ou de seis meses. Seis meses, aliás, foram já parcialmente perdidos. A indecisa joga à direita. E, se logramos abstrair da vivência política das grandes cidades, bem podemos interrogar-nos sobre qual o peso quotidiano do 25 de Abril numa freguesia rural de Trás-os-Montes.

Por tudo isto, será talvez mais realista que admitamos a vaca sagrada. Não para lhe prestarmos culto, mas apenas no sentido de coexistirmos com ela — coexistir com o que existe não tem alternativa. E a vaca existe, a menos que algum dado superveniente (e com a força necessária) de cabo dela. Não podemos estar a contar com isso.

E, afinal, talvez até uma certa coesão de que depende um MFA operacional passe por dia. E não só: também a institucionalização de um novo regime de destino socialista em Portugal, essa reclama urnas, aliás em prazo discutível e com uma amplitude de opção que poderá ser maior ou menor.

O que urge, portanto, é construir, sobre o pressuposto de eleições em 1975, a fórmula capaz de reduzir ao mínimo os seus efeitos de desgaste político e de assegurar o impulso necessário à continuidade do processo. AL, o terreno é mais movediço e, até que"

a um equilíbrio necessário

Nuno Brederode

venha à luz do dia uma lei eleitoral com todos os pontos e nós e até que os partidos resolvam o contencioso eleitoral pendente, reservo-me algumas dúvidas sobre a presunção prática da sugestão de Leões de Freitas.

Entretanto — e eis uma pena mais desta, como de outras proposições — se quisermos avançar alguma coisa na discussão de linhas de rumo para o futuro próximo, não nos resta alternativa que não seja a de pressupor também a vitória nas urnas de uma combinação política cujo resultado seja, pelo menos, o de actual governo provisório.

Ninguém, até ao presente, pôs verdadeiramente em causa a continuidade do MFA para além das eleições. Claro que a momentânea decapitação da direita portuguesa e a circunstância de serem os militares quem, de todos modos, possui a chave da situação presente — não basta um cravo para entupir o cano da "C-3" — pode ter algo a ver com isso. Mas também é visível para muita esquerda que a evolução do país comporta riscos que só o empenhamento directo do MFA poderá permitir enfrentar.

O divórcio entre o poder político e o poder económico, se pudesse institucionalizar-se, tenderia a fazer do primeiro o prémio de consolidação para quem não dispõe do segundo. É certo que Portugal não é o Chile — entre muitas e poderosas razões, porque nós podemos aprender com eles o que eles não puderam aprender conosco. Mas isso não invalida a afirmação generalizável de que os o poder político cria rapidamente os instrumentos necessários ao ataque da estrutura económica ou acaba por socorrer. A incipência das nossas tradições democráticas, o atraso no processo de consensualização de classe do operariado, o peso ideológico da direita no país rural, a dificuldade da classe dominante em criar mecanismos de abstracção para os inevitáveis conflitos sociais e, "last but not least", a inserção geopolítica de Portugal, constituem um amálgama de factores cuja interacção aponta para uma resultante autoritária e conservadora.

Por isso, um jogo institucional de partidos, estável e preciso como um relógio suíço e capaz de um eficaz amortecimento das tensões sociais, seria certamente de cariz conservador. Mas esta hipótese, para além de desinteressante, é muito pouco provável. A sustentação de um regime de direita em moldes autoritários, mesmo que sem sacrifício daquele mínimo de democracia formal que o decoro impõe, é uma hipótese bem mais sinistra e, contudo, a médio prazo, mais visível. Sobretudo se for o resultado do fracasso da primeira devidamente comprovado na prática. Al estaríamos novamente nas mãos de um príncipe, talvez mais subtil, mas não menos efectivo. De golpe de Estado que desencadearia um processo com algumas características revolucionárias, o 25 de Abril converter-se-ia então, pese embora à vontade de quem o fez, numa questão dinâmica.

De tudo isto resulta a necessidade política da continuidade do MFA. O corno é ponto a ver.

Mas também ninguém, até ao momento, pôs verdadeiramente em causa a existência dos partidos. Gente haverá que não se abstém disso por falta de vontade, mas porque o momento político não dá cordel para tão largos voos. Os demais, porém, entendem que um pluralismo funcionalista (isto é, não só para inglês ver) é uma componente indispensável do processo em curso.

O caso está em que o poder não se levita. O MFA manteve o poder graças à enorme adesão nacional ao seu projecto imediato e logrou defender a coesão interna das forças armadas graças ao objectivo da paz em África. Mas, uma vez alcançada esta e à medida que o mero antifascismo vai dando lugar a valores políticos mais precisos que, por isso, implicam projectos médios, o MFA poderá entrar em levitação política. Al entra o risco da sua diluição nas forças armadas (não por identificação destas com ele, mas sim vice-versa) e do fim do seu papel político autónomo. O poder aguenta-se com largo apoio social ou com repulso. Na falta do primeiro, já não estaremos a falar do MFA.

Assim, a continuidade do MFA pressupõe a existência de um projecto político adaptado às necessidades objectivas da grande maioria nacional e um apoio social forte, constante e resoluto. Neste último intertem a necessária mediação dos partidos. Presentemente, o MFA não dispõe de força política própria, a não ser a que decorre do "discurso nuclear" que são as armas e do prestígio moral que grangeou. Podemos admitir a hipótese teórica de estar ele decidido a angariar essa força política própria. Mas, mesmo assim, o apoio dos partidos da esquerda ao seu projecto político continua a ser indispensável — até porque não se fabricam classes sociais em proveito e algumas há que estão já fortemente acantonadas na respectiva expressão partidária.

A isto acresce a necessidade de se assegurar uma vigência política plural. A prática não a sugere impossível e basta isso para a tornar desejável.

Não se trata aqui de defender a omnipotência das máquinas partidárias. Isso corresponderia a correr alegremente o risco que atrás expus. Trata-se, sim, de encontrar, para as estruturas do poder, o doseamento exacto que permita, sem contradições de maior, que funcione a dialéctica entre os partidos e o MFA. (Digas-se, neste aspecto, que a lei eleitoral ameaça apresentar lhos que a prática deve revelar pouco adequados a um país onde o parto democrático se azevê difícil.)

De imediato, o país carecerá de um executivo relativamente abrigado das contingências do jogo de partidos. Claro que este indialismo é um factor susceptível de causar inquietação aos nossos constitucionalistas, sabido como é que estes gostam de projectar com a vocação da eternidade. Mas o peso do transitório na situação política portuguesa não se compadece com isso.

Carecemos, dizia, de um executivo forte, capaz de, com economia de tempo e de meios, reorganizar o Estado. E carecemos de um Estado forte por outros motivos. Porque é o Estado, única força que, no terreno económico, poderá ser lançada contra o poder estabelecido. Porque o jogo de

partidos, pelo menos na sua fase de necessária rolagem, tenderá a fazer estilhaços susceptíveis de afectarem a continuidade e a coerência da acção governativa. E, enfim, porque uma política externa de independência nacional — de que precisamos como de pão para a boca, se quisermos libertar-nos de algumas contingências da geografia — assim o exige.

O presidencialismo, não sendo a única forma de assegurar um executivo forte, será, talvez a de técnica mais fácil, a menos perigosa para as liberdades políticas e a menos melindrosa para exhibir para o exterior. E neste sentido que interpreto e corroboro a afirmação de Manuel de Lucena ("Expresso" de 26 de Outubro):

"Uma forma presidencialista figura-se necessária a revolucionário, como a conservador".

Nesse mesmo artigo, fértil em pistas e hipóteses, Lucena propõe um novo modelo institucional que passa pela mão do Presidente da República primeiro. Concorde-se com o caminho encetado, parece, porém, que se estimar, pelo menos no plano institucional, a figura-chave do chefe da República com a qual não seja o consenso. O recurso ao primeiro-ministro, se não for a sua vanguarda terá, é certo, o seu acolhimento (pois esse modo seria possível) constitucionalmente e não relativamente ao Estado. Antes de mais, a sua função tenderá a ser fraca quando confrontada com uma assembleia. Depois, porque a vanguarda que o MFA desempenha, em prazo incerto, vir a ser bastante para que aquela perca todo o seu sentido, talvez não haja então as instituições expeditas de que não é igualmente necessária uma Constituição em aspecto da orgânica do poder, a modificar o conteúdo da função que concentra o grosso do poder efectivo. A demónia teve já, a seu tempo,

glória). Enfim, porque a solução em que a legitimidade do Presidente provenha de um consenso fácil entre as forças armadas, nem permite ao mundo circundante a vantagem de recusar a sua

Reconheça-se, no entanto, a vantagem de prolongar a chefia do Estado por uma indiscutível acção nas forças armadas em favorável perante o país. Essa vantagem temporária talvez conseguir-se sem a perda de carácter eleitoral da República. Uma solução seria a de a Constituição marcar a data das eleições presidenciais para o termo de um mandato que coincidiria com a duração de um mandato presidencial e se obtendo um crédito de confiança que duraria o mesmo tempo que o mandato presidencial, desde que seja qual for a sua duração já certamente ampla de tempo para uma transformação profunda e acelerada do país, se ao cabo de quatro ou cinco anos (ou seja qual for a duração pretendida para o mandato presidencial) o país permanesse livre de atavismos, terrores e preconceitos que o impedem de reconhecer a sua verdadeira consciência dos verdadeiros interesses nacionais, então a solução de dizer-se ou que a vanguarda fracassado ou que o primeiro-ministro em todos os casos, nenhuma vantagem subsistiria à fórmula de um Presidente nomeado pelo MFA.

Por isso — e para a continuidade governativa — que aquela deliberação do MFA que aquela deliberação do MFA de vinte nos poderes assegurados pelo reconhecimento constitucional do MFA deverá situar-se a seu respeito, embora garantindo o seu controlo sobre as forças armadas e militarizadas e o equívoco poder de intervenção política, o que nada tem a ver com a ingerência nas atribuições dos órgãos instituídos.

Mas este fruto está, por muito verde. Aguardo a sua colheita para o retomar.

Silva Vicente Jorge

Vicente Jorge Silva

O jogo das aparências

ANTES do 25 de Abril, uma palavra de ordem quase unânime dos diversos sectores que formavam a então chamada Oposição Democrática era: quem nos critica faz o jogo da reacção.

Assim foi, por exemplo, durante o "período eleitoral" de há precisamente um ano, quando o actual responsável pelo departamento de Informação da RTP, Álvaro Guerra, colocava no mesmo plano as críticas de esquerda à Oposição Democrática e as denúncias policiais do sr. Barradas de Oliveira. A natureza, a origem e o objectivo da crítica eram sempre redutíveis à expressão inquisitorial mais simples: quem não está conosco, está contra nós. E estar contra nós, é estar com o inimigo. Criticar o programa, a actuação, as tomadas de posição e o carácter de

classe da Oposição Democrática — tal como o faziam os diferentes sectores da esquerda não-reformista — queria dizer precisamente o mesmo do que chamar a Oposição Democrática de "instrumento da subversão", "agente do comunismo internacional" e outros "slogans" característicos da histeria fascista.

A lógica fascista — quem se nos opõe é comunista ou aliado do comunismo — replicava a lógica "democrática": quem nos critica faz o jogo do fascismo. O que quer dizer: uma lógica sustentava a outra, concedia-lhe o necessário suporte de legitimidade para se tornar verdade indiscutível, dogma incontestado, certeza definitiva. E a coberto disso, o monolitismo ideológico visou contrariar, à esquerda, o debate necessário e clari-

ficador das diferentes opções. Debate, discussão, análise e confronto de experiências, de perspectivas, de situações — tudo se procurava vedar em nome da sagrada "unidade anti-fascista". Discutir, debater, era invariavelmente sinónimo de dividir, sabotar, fazer o jogo do inimigo. A repressão fascista "justificava" a conspiração do silêncio entre a esquerda.

Agora, a Oposição Democrática deixou de ser Oposição. Para ser Posição. Para ser afirmativa, concordante, "positiva". Só que a concorrência partidária veio introduzir dentro deste esquema um elemento novo. Por exemplo: Álvaro Guerra é agora alvo insistente dos ataques de Mário Castrim — invocando os meros argumentos que Álvaro Guerra brandia contra a esquerda

discordante da Oposição Democrática de Outubro de 1973. O MDP deixou de ser um movimento para ser um partido. E os partidos que reciam a concessão de outro protestam. Enquanto o "outro" — os "outros" — permanecem fiéis à mesma lógica do passado: criticar, o MDP é fazer o jogo da reacção. Porquê, depois do 25 de Abril? Porquê — respondem-nos — a nossa democracia é ainda muito frágil, jovem, vulnerável, e a reacção espanta. Castrim chama paternalmente de "meus meninos" aos que não aceitam este tipo de argumentos em favor da conspiração do silêncio. E de novo a reacção — bendita reacção!... volta a ser o instrumento forjador, a inspiração da "unidade" contra ela. Uma "unidade" — silenciosa. Mas, afinal, quem faz o jogo de

quem? Na corrida ao poder, na disputa das ambições governativas, cada um puxa a brança à sardinha que mais lhe convém.

Uns à sardinha do "pluralismo". Outros à sardinha da "unidade". Uns porque são — ou reciam ser — demasiado fracos, ou minoritários, para enfrentar as forças dos outros. Estes porque temem que o debate, a discussão, a crítica, o confronto de posições, ponham a descoberto os seus calcandões de Aquiles.

Mas será por acaso que a própria direita, para parecer "legalista" e "democrática", se recia, agora febrilmente do pluralismo? Ou que "certa esquerda", para não parecer monótona, se continua a afirmar apaixonadamente "unitária"?

Pedro João

Achegas a certos aspectos políticos da "grande Informação"

COM a aproximação das eleições, o ambiente político fica cada vez mais tenso, e pode-se dizer que certos dados estão já lançados, dentro e fora da coligação ou poder. Enquanto os jovens PPDs atacam em pensamentos, palavras e obras o exclusivo social-democrático do PS (que afinal não é social-democrata!) E ambos à uma a certeza MDP-CDE-PCP inspirada em manobras semelhantes à da tática eleitoral promovida na IV República francesa), ao mesmo tempo que Cunha decerto pensa, na base da consagração da queda da ditadura do proletariado decretada no último e extraordinário congresso do seu partido, requerer a adesão à II Internacional, existe um ponto em que todos estão de acordo: a utilização maximal e em proveito próprio (inclusive se possível) dos órgãos da «Grande Informação». Mais: na consagração das conquistas (poucas) democráticas que cada qual efectuou nos dois meses.

Excepção feita ao PPD — ditada decerto por ter partido mais tarde que os seus colegas de coligação — a verba reivindicada de Informação pluralista parece pertencer, a seis meses do «25 de Abril», à época afoniosa da história desse país.

"Zangam-se as comadres..."

Por isso, não deixa de se afigurar normal que à mesma «República» refractária às notícias de quaisquer posições à esquerda, da coligação de que o PS faz parte, publiche (e na íntegra) que disse de «bons jornalistas» é esse! um comunicado do PS acerca da transformação do MDP-CDE-PCP noutro partido, em cujo texto figura um ataque frontal à censura partidária que grupos de militantes do PCP têm exercido em alguma medida de comunicação social contra o PS. Escusado será lembrar ao leitor da «República» que a citada transcrição figura na última página do número do sábado passado, ao passo que o assunto à que se refere — a dita metamorfose do MDP — nada mais memora do que uma chamada no rodapé da «primeira», estampada pelo noticiário sobre as eleições gregas, o acto político de Barberi Cardoso e pelas

declarações do Senhor Director a uma revista espanhola... e não seria «caixa» constatação de eventuais divergências entre os doutores Alvaro Cunha e José Tenreiro quando à Constituição?

Enfim, problemas de pacificação não fazem andar o mundo, mas essa das eleições gregas tem grande destaque quando foi dado um passo de talparência no futuro das portuguesas, faz lembrar que sectores só os há na extrema-esquerda. Ou não será?

Mas a disputa dos organismos estatais de propaganda tem revestido aspectos muito mais graves. Na Emissora Nacional e na Televisão o ambiente é tal que se tornou necessária uma ordem de serviço desaconselhando vivamente os funcionários de reproduzirem fora dos muros do Quelhas o que se passa no interior dos estúdios da maior «antena» portuguesa. Fascismo isto? Não, que ideia!

O público ouvinte fica privado, desta forma, dos relatos dos detalhes entre o PS e o PC, o que é lamentável, nem pelo em que, mesmo depois de Abril, ainda não foi recuperação do sentido de humor e em que o boato ameaça tornar-se, de novo, o meio de comunicação social por excelência...

O mesmo se diga quando à RTP em que o pobre do Alvaro Guerra é o alvo favorito do editorialista Castroir do «Diário de Lisboa», que só desanca a veia compranhada de líderes unitárias com o fim de dar cobertura, face à opinião pública, ao «chato dos PCs nos PS», a dar crédito às (mas) e fazendo o jogo da reacção, objectivamente... ver Obras Escolhidas do crítico de TV, citado linguas que psuam no meio jornalístico.

A «zanga das comadres» saída dos corredores das redacções por outra e graça do comunicado do PS acima parcialmente transcrito não é, longe disso, o factor crucial quando se trata dos meios de «Grande Informação». Só ilustram, e de forma exemplar, a intensidade do assalto dos dois partidos referidos aos tais «órgãos» como um sistema da divisão reinante no sêio

da coligação. E só demonstram a sociedade que a «simplesmente informação» dos órgãos da «GRANDE» não passa afinal de, mais ou menos «manuseio nos meios e sempre idêntica a si mesma nos fins, propaganda».

Censuras e censores

Já alguém disse que a censura do regime deposto tinha sobre a actual, a inequívoca vantagem de ser exercida «do exterior» e, portanto ninguém servir obrigatoriamente as mandarinas da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (do SMI, na época anterior) dado que aos coronéis da Rua das Gáveas competia cortar mas nunca exigir que o jornalista X ou Y colocasse a sua pena ao serviço do Ideário fascista e colonialista, importante, sobretudo, que os enviados e editorialistas dessem as maiores garantias: uma vez dadas, iniciava-se o reino das entrelinhas.

Tudo isto vem a propósito de certos assuntos «atuais» em dos quais é a paupérrima análise das conjunturas diversas da animada política deste país. Os jornais têm, salvo raríssimas excepções, um tal haver a polícia interna e respectiva interpretação, a não ser na apologetica prosa de Castroir & Cia! que não conseguem «dar uma para a caixa» quando toca a revelar o que se passou na noite de 27-28 de Setembro, por exemplo, sendo-se obrigado a aguardar entrevistas de altos responsáveis para poder dizer aos seus leitores o que, até ao «arrefecimento» do ambiente político, ficou ao segredo dos deuses.

Neste campo, o PCP foi inovador na medida em que ao «aguardar» e corta as mais explícitas ondas de uma «faz» da Rua das Gáveas, seque substituir o «ou fazes ou ou fazes o jogo da reacção», da António Serra. Dois estilos de propaganda, duas censuras... só que antigamente a esquerda entrava nos jornais porque era ela o símbolo da competência, agora é despedida a partir do momento em que persista em ser... esquerda (senham dos partidos da coligação é de esquerda.

diário para esclarecimento dos meus
atenos à actualidade política).
Antes, era cortada e proibida — de
fora. Agora é limitada e nos casos
limite despedida... de dentro.

A "Lei provisória"

Para coarçar esta manobra de
auténtica campanha de cerco e
atiquitamento, só faltava um ins-
trumento legal que apareceu
quando a situação na imprensa,
Rádio e Televisão se tornava insus-
tentável: foi a lei provisória de
informação que priva de toda
qualquer jornalista responsável por
textos que a si atrainam as câmeras
da comissão ad hoc.

Até ao momento, nenhum jor-
nalista foi despedido por estas
razões graças à solidariedade dos
colegas de trabalho que não im-
permiu o aproveitamento da
margem de manobra legal deixada
a vários escalões da chela e
direcção das publicações atingidas
por multas e suspensões. Mas
existem boas razões para crer que,
num verpetino dominado por
elementos ligados ao PC, o primeiro
despedimento do tipo referido se
verifique em breve sabendo-se que
já foi pedido.

(Poucas) conclusões provisórias

A avides e a capacidade
organizativa das diversas forças de
conquista do controlo dos "mas-
-media" não marcham, porém, a
par e passo. E, pelo caminho que se
coisas tomam, não terá de
estránhar que os naticaristas,
jornalistas e locutores não con-
trolados por uma das forças
políticas em presença, sejam
corridos, um a um, dos órgãos de
informação onde trabalham. Os
métodos até agora utilizados fazem
lembrar a repressão exercida sobre
os trabalhadores e em nome deles
próprios pelos Governos de certos
países logo nos momentos dos
sistemáticos actos repressivos do
Governo polaco sobre os
trabalhadores dos estaleiros e

fábricas de Gdansk e Gdynia) certos
que se dizem socialistas tendo
gerado uma crise que levou
aproveidas substituições na
hierarquia do Estado e do Partido.

A uma prática socialista em
palavras e fascista em actos chama-
-se social-fascista, por muito que
requeira a certas sectores a violência
da expressão, que só encontra
paralelo na utilidade sempre que
possível pelos que assim são
caracterizados. A resistência à
censura na Grande Informação
têm sido levada a cabo por muitos
sinceros anti-fascistas, democratas
e patriotas se bem que de forma
ainda marcada pela espontaneidade
derivada, em parte, da surpresa;
mas o inimigo principal do
momento começa a ser identificado.

e a sua recente ofensiva no interior
da República demonstra que não
conhece limites a capacidade social-
-fascista. A divisão de esferas de
influência no seio dos aparelhos da
propaganda não é reconhecida pelo
PCP, e este ataque em forma de
propósito da polémica versando o
tema "MDP-CDE" demonstra o
com clareza. Os restantes membros
da coligação estão atentos e é de
esperar que tomem medidas no
sentido de obstar ao avanço
aludido. Mas a capacidade
organizativa de que dispõem não é
suficiente para pôr em causa o
poder já capitalizado e muito menos
o assalto em curso.

Ficou por abordar a tolerância da
comissão ad hoc face às agressões
ideológicas dos meios mais reac-
-cionários para cuja repressão foi
criada; mas isto não contém largos
e não se deve focar por agora,
se bem que esteja por fazer o
levantamento geral do fascismo na
imprensa, desde certos noticiários
de poeira até à actividade de muitas
fofocas parciais.

E urge a adopção de medidas,
por parte de um largo sector de
jornalistas que nunca venderam a
caneta, a fascismo e colonialismo,
democratas que, independentemente
de filiação partidária, desejam pôr um
dique à actual ofensiva.

Alves, Vítor

Visão de Vítor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos

...ERA vista devíamos
...gem do ministro Vítor
...da sua comitiva à
...Federal Alemã apenas
...de vista económico,
...mas mais atenção do que se
...últimos dias na cidade
...de pode ser descuido
...nem o profundo
...político que tiveram to-
...mas a nível oficial e
...várias entrevistas,
...de Imprensa, etc. A
...opção pública alemã
...alguns governantes
...cumpio, o ministro fe-
...negócios estrangeiros,
...dependência liberal e
...do FDP) não es-
...pressão pela si-
...política portuguesa,
...masse alguns o
...de no nosso país
...queve um regime
...do, pelo menos,
...e o facto das
...que fizeram o 25



de Abril estejam no governo e
...trem um programa a cumprir, é
...qualquer coisa que surpreenda e
...confunde o alemão comum.

Num breve "meeting" com
...alguns jornalistas, que teve lugar
...na tarde de quarta-feira, depois da
...recepção oferecida pela embaixada
...portuguesa em Bona ao major Ví-
...tor Alves e comitiva, um repórter
...da maior estação de rádio da RFA,
...sum tom que oscilava entre a
...ironia e a desconfiança, massacróu
...o ministro português com insis-
...tentes perguntas sobre o que era

isso de "democracia imposta por
...militares", lembremos que este po-
...vo não tem das Forças Armadas
...alemãs, forçosamente, uma grata
...recordação: Dominando per-
...feitamente a situação, a pergunta é
...a desconfiança, Vítor Alves come-
...çou por esclarecer que "um mili-
...tar, antes de o ser, era um civil".
...Perguntado depois porque não
...havia os militares portugueses de
...ser democratas, Vítor Alves
...acrescentou: "o programa do M. F.
...A. não pode ser visto como um
...programa militarista, mas acima
...de tudo como algo democrá-
...ticamente elaborado por democrá-
...tas, que recebem por toda a parte
...um enorme eco. Quero acres-
...centar, porque sei que há dúvidas
...quanto a isso, que não vivemos em
...regime militar. O que se passa no
...nosso país não tem nada a ver com
...os regimes vigentes na Etiópia ou
...no Perù. Em Portugal os militares
...apelaram para os civis, para que
...estes comesçassem a guiar o País.

civis em Setembro de 1975

Portanto, quando me perguntam que lugar têm neste regime os jovens economistas portugueses, eu dir-lhe-ei que eles são filhos da desconfiança e da sua política económica de acordo com os desejos do povo português.

“Quer o Mundo queira ou não”

Referido-se depois ao facto de haver várias militares no governo, o ministro exclamou os presentes dizendo: “Houve uma altura em que tivemos problemas com a nossa democracia nascente. Isto não é desconhecido para ninguém, e se aconteceu muita gente, é porque as pessoas não estão ainda habituadas a estas coisas. Porque os militares tinham feito o 25 de Abril, foi considerado necessário que alguns deles se juntassem ao civis no governo, para dar à Nação uma imagem de união entre as

Forças Armadas e a restante parte da população, em ordem a que a confiança perdida após a queda do “democrata” demorasse a voltar a ter consequências que pudessem pôr em perigo a instauração da futura democracia. Mas o que penso é garantir que, logo que a situação democrática o aconselhar, dar-se-á a transmissão total de poderes aos civis. Quando? Esperamos que isso aconteça em Setembro de 75 quando das eleições para o Parlamento, visto que em branco terão apenas para uma Assembleia Constituinte. Só depois da promulgação da Constituição ficará definida a nova forma de governo português”. E a terminar exclamou: “Quer o Mundo queira ou não, o que acontece neste momento em Portugal é uma revolução democrática feita pelas Forças Armadas”.

Reforçando esta ideia, foi o próprio ministro quem concluiu “que a sua vinda, aqui, de-

veria ser, antes de mais, encarada por mim, primeira política, provavelmente por saber que antes de serem excluídos certos factos, e dissipadas algumas dúvidas, não seria justificável, sequer, pensar-se em abandonar o regime. Mas, apesar dos esforços da minha esclarecedora do major Vítor Alves, a imprensa de quinta-feira era dominada por uma atmosfera de certo pessimismo. A esse respeito podemos: ao Dr. Diágitis, director dos Assuntos Internos do SPD (o principal partido no governo) que nos deu a sua opinião sobre se “considerava” ou não exagerado, ou mesmo alarmista, este tom? “Pensar — afirmou o dr. Diágitis — que não se pode à vira força querer fotografar uma determinada realidade. A imprensa aqui a meu ver, precipita-se nestes julgamentos. Gostaria que os jornalistas alemães fossem ver com

Vitor Alves em Alemanha e em França

Vieira de Almeida sugere financiamentos

(continuação de pág. 1)

os seus próprios olhos a realidade portuguesa como eu tive ocasião de ver há bem pouco tempo. No que diz respeito ao meu partido, uma vez que não devo falar em nome do Governo, tenho a maior confiança no MFA, eis porque me o maior crédito, e confio plenamente que o seu maior objectivo é, na verdade, prosseguir o processo de democratização." É prosseguido: "Falei com o ministro Vitor Alves e trocámos pontos de vista sobre a necessidade duma cooperação clara e próxima entre a RFA e Portugal. É claro que compete ao governo português elaborar os detalhes dessa cooperação mas eu sei, quando o SPD está verdadeiramente empenhado na efectivação rápida duma cooperação entre os dois Estados. Estou consciente de que o vosso grande problema é o de reconstruir toda uma economia. E encontrar as soluções concretas para os problemas sociais. Estou certo que o meu governo vai colaborar nesse sentido. E, em seguida, vejo que, só depois de concretizada a democracia portuguesa é que as pessoas descobrem o seu caminho. Se listamos ambos para a criação duma sociedade justa, e isso para mim é o que conta acima de tudo, competirá aos portugueses, com os seus meios e nas suas estruturas, encontrar a via para essa sociedade mais justa. É necessário adaptar as realizações duma ideia à realidade de um país, e tentar não misturar as duas coisas".

"Vontade do nosso Governo em ajudar Portugal"

Quase a mesma opinião, nos confitaria igualmente um dos directores do gabinete de imprensa e informação do governo federal: "Claro que não será fácil a transição de um regime de ditadura para uma democracia. E por isso mesmo o meu governo, está preparado para ajudar Portugal no campo económico, embora consciente das dificuldades que representará a infiltração dos comunistas e seus "supporters" em Portugal, neste momento. Mas não se deve pôr grande ênfase neste nosso recuo. O que queremos salientar é, pelo contrário, a cordialidade e a simpatia vividas nas duas partes ao

longo dos encontros realizados e as conclusões que podemos daí tirar: a vontade do nosso governo em ajudar Portugal. Por exemplo, no que se refere ao facto de Portugal querer ser membro da CEE (Mercado Comum) e de querer, portanto, modificar a sua posição al. Este parece-me ser um dos caminhos de real ajuda que a Alemanha pode dar agora a Portugal. O ministro Vitor Alves não nos trouxe uma visão militarista dos assuntos. Tem um grande conhecimento dos problemas que o preocupam e vê-se que sabe do que fala."

Da reserva à cordialidade

Foi, portanto, assim, num clima onde curiosamente se instalavam diferentes correntes de opinião e pontos de vista que, por vezes, não coincidiam, que começou a emergir a verdadeira face dum país novo em estado de "pré-democratização" como o classifica o ministro português. Deve salientar-se que para isso terá contribuído não só a imagem que o major Vitor Alves deu do MFA, como a maneira franca e directa do que sempre aborreu tudo e qualquer problema relativo aos assuntos da política interna nacional, não se esquivando nunca a qualquer tipo de respostas. Pode, pois, dizer-se, já sem perigo de exagero, que esta viagem à RFA ultrapassou o seu estatuto de acointecimento para se transformar num triunfo. E isto porque é medida que se iam sucedendo os encontros com os vários governantes alemães, mais reforçada pela certeza de que o nosso país caminha por uma via que, embora titubeante e irregular, será finalmente a da construção de uma democracia plena. O facto não de resto, muitas vezes salientado por Vitor Alves) e que nos pareceu completamente aceite pelas autoridades governamentais alemãs, visivelmente satisfeitas com as informações ou esclarecimentos que iam recebendo.

Pode dizer-se que se viveu uma fase inicial de expectativa, reforçada por uma certa reserva ou, mesmo, por uma atitude prudente por parte da imprensa, seguindo-se um período de grande abertura e cordialidade.

"Informação prévia indispensável"

Sobre os resultados finais e práticos desta sua missão, disse-nos o major Vitor Alves: "Acho que o facto de termos sido recebidos pelo chancelier Helmut Schmidt e ainda pelos ministros federais da Defesa, da Cooperação Económica e dos Negócios Estrangeiros, leva-nos a supor que esta missão era bem-vinda. Concretamente, quanto ao chancelier Schmidt, direi que nos parámos muito bem informado, sobre nós e o nosso País, revelando assim não só o seu interesse, como uma predisposição atida para cooperar com Portugal. Inuito que não pode deixar de ser significativo: a completa informação que tinham sobre os nossos problemas e as nossas realidades. Isto mostra, apenas que, sem ter em vista ajudar e cooperar a informação prévia torna-se indispensável. Foi isso que aconteceu. Com ele abordei dois temas: Um, mais global, focando a inserção de Portugal na Europa, e outro onde foram descritos os principais aspectos da nossa situação económica. Para além disso, dei-lhe conta das principais tarefas do Governo Provisório Português. Como não podemos esquecer que ele é primeiro-ministro dum país membro do Mercado Comum, devo dizer que a conversa assumiu uma importância assinalável no que se refere à vontade que o chancelier mostrou em colaborar com Portugal".

Parcou-se, além disso, uma pessoa objectiva e directa, capaz de seleccionar devidamente as questões. Foi por sua iniciativa própria que aranjou certos esquemas e sugestões, no âmbito de um auxílio futuro.

Sobretudo a entrevista que teve com o ministro da Cooperação Económica da R.F.A., Vitor Alves declarou ao EXPRESSO que esse encontro excederá todas as suas expectativas. Por outro lado, apesar da compreensão reservada que o chancelier português manifestou, conseqüências apesar que na entrevista com o ministro da Defesa alemão, rodeada de grande secretismo, foram debatidas questões novas de recuperação do exército português, além de questões relativas à NATO. A este respeito, Vitor Alves negou ao EXPRESSO o fundamento das

germânicos

verões segundo as quais a reunião prevista para Roma do grupo de planeamento nuclear da NATO teria sido adiada por causa da participação portuguesa. «Tenho em meu poder—confiou-nos Vítor Alves—um telegrama que recebi de Bruxelas, explicando que a reunião fora adiada por razões meramente burocráticas, e não devido ao facto de o governo português contar com um ministro comunista».

Contactos com banqueiros e industriais

Enquanto Vítor Alves se encarregou, sobretudo, das missões de carácter «diplomático», o secretário de Estado do Planeamento Económico, Vítor Constâncio, e o embaixador itinerante, Vieira de Almeida, chamaram a si os contactos de carácter económico e financeiro.

Considerando como «dracamente animadores e satisfatórios» os resultados das conversações que manteve com altos responsáveis governamentais da R.F.A., Vítor Constâncio, apesar da acentuada reserva das suas declarações, adiantou ao EXPRESSO que os encontros a que esteve presente haviam sido marcados, em parte, pela discussão das pretensões portuguesas a apresentar em breve ao âmbito do Mercado Comum. Supõe-se, acrescenta, que entre os vários planos apresentados por Vítor Constâncio ao governo alemão se incluem o caminho de ferro para Sines, contratos com a CP e o plano de irrigação a partir do rio Tejo.

Quanto a Vieira de Almeida, que conferenciou com representantes da Banca e da indústria alemãs, apresentou aos seus interlocutores sugestões para financiamento das empresas portuguesas, uma vez que havia falta de liquidez no nosso mercado. O embaixador itinerante português confiou-nos, todavia, ter constatado «um certo descontentamento e alguma desconfiança» por parte dos financeiros e industriais da R.F.A., sobretudo no que se refere a dificuldades na transferência de lucros, na importação de capitais e obstáculos admini-

strativos de várias ordens, além do estado actual da organização alfandegária.

Garantias aos Industriais

Por outro lado, Vieira de Almeida referiu ao EXPRESSO as garantias concedidas aos investidores estrangeiros pelo governo português colocando-os ao abrigo de «discriminações e arbitrariedades», mas respeitando uma estratégia de prioridades no sentido de fazer convergir os investimentos para as indústrias com larga capacidade de postos de trabalho, que germinam o progresso tecnológico do próprio país, e o incremento das exportações, e que produzam a maior percentagem possível de valor acrescentado a Portugal.

Encontro de Vítor Alves com emigrantes portugueses

No encontro que o ministro Vítor Alves efectuou com cerca de 400 portugueses residentes na R.F.A., foram pontos quentes o problema do voto dos emigrantes—nesse caso, se confessaram «vítimas de discriminação»; o saneamento nos organismos consulares, em fase ainda atrasada; o problema dos jovens refractários e o da educação das crianças portuguesas na Alemanha.

Curiosidade francesa recai na situação económica

GRANDE CURIOSIDADE e interesse nos meios políticos e informativos animalam a estadia da delegação portuguesa, chefiada pelo ministro Vitor Alves, em Paris. Os pontos fundamentais da actualidade política no nosso país têm proporcionado uma verdadeira avalanche de dúvidas e interrogações entre jornalistas e representantes do governo francês, a que os membros da missão portuguesa têm procurado responder com a maior convicção.

Por outro lado, a delegação chefiada por Vitor Alves avistou-se também com banqueiros e industrialistas franceses, num encontro em que, segundo Vieira de Almeida, se teria tratado apenas de esclarecer ideias quanto à nossa evolução económica a curto prazo e sobre a definição da política económica a desenvolver pelo governo provisório português.

No encontro de ontem com o primeiro-ministro francês, Jacques Chirac teria manifestado grande interesse—segundo declarações de Vitor Alves ao EXPRESSO—em colaborar com Portugal. Problemas relativos à colónia portuguesa residente em França foram também abordados no encontro.

Entretanto, o ministro dos Estrangeiros francês, Sauvagnargues, inquiriu a delegação portuguesa nomeadamente sobre a atitude do nosso país em relação à Europa e a respeito da descolonização. Neste capítulo, Sauvagnargues procurou saber quais iriam ser as relações futuras de Portugal com as ex-colónias. O caso concreto de Angola parece ter despertado especial interesse por parte do ministro francês.

Curiosidade

Na conferência de imprensa de ontem, a que compareceram representantes da maior parte dos principais órgãos de informação franceses, o tema que maior interesse e curiosidade despertou foi a situação económica portuguesa antes e depois de 25 de Abril. Vieira de Almeida, respondendo às perguntas dos jornalistas a este respeito, esclareceu que os difíceis problemas experimentados derivam largamente da herança do fascismo, em que predominava uma grande corrupção e desorganização no sector económico. Para além desse factor—esclareceu Vieira de Almeida—, Portugal conta agora com os problemas relativos ao desemprego, provocados, por um lado, pelo afazão de militares que regressam das ex-colónias, e, por outro, pela renovação na actividade económica dos países europeus. A situação esta que se reflectirá no volume total de emigrantes que esses países poderão absorver. Vieira de Almeida delimitou-se ainda sobre o tema da solidez da balança de pagamentos portuguesa, perante o fascismo, apontando os artificios com que era fabricado.

Conversa com emigrantes

Hoje, além de uma conferência de imprensa com os jornalistas portugueses radicados em Paris, a missão chefiada por Vitor Alves irá encontrar-se com emigrantes do nosso país num local dos arredores da capital francesa.

TENGARRINHA, José

José Tengarrinha ao EXPRESSO



«PARTIDO DO POVO É A DESIGNAÇÃO QUE MELHOR TRADUZ O OBJECTIVO FUNDAMENTAL DO MDP»

EM UM PARTIDO, o MDP aparece na cena política portuguesa, transformação de um movimento de luta antifascista com largas e arraigadas tradições em Portugal. A transplantação em partido não foi surpresa e foi aprovada em Plenário Nacional de Delegados, que se realizou, simultaneamente, com as Jornadas Democráticas. 850 votos a favor com três contra e duas abstenções. O facto causou uma e despertou críticas acerbas nos meios dos P. P. D. e do P. S. EXPRESSO, na sequência das entrevistas que vem fazendo aos líderes dos partidos, ouviu José Manuel Tengarrinha. Não que José Manuel Tengarrinha seja o secretário-geral do novo partido. Como ele próprio nos diz em entrevista, o MDP vai ser dirigido colegialmente, não tendo, por conseguinte, nos seus quadros, a figura clássica do secretário-geral. Mas José Manuel Tengarrinha fará certamente parte desse colégio ou comité, sendo como é um dos principais mentores e animadores da batalha que há muito vem travando o MDP. O que é o MDP, agora enquanto partido, qual o seu conteúdo ideológico, quais as suas intenções ao aparecer com o novo figurino na política portuguesa, são perguntas a que José Tengarrinha responde, tentando-se inclusivamente aos pareceres que criticaram a sua existência.

Encontramos José Tengarrinha na Biblioteca Nacional, na Sala de Leitura, às voltas com um manuscrito de Sá de Miranda por ele encontrado e que, em breve, verá a luz da publicidade com enquadramento a propósito e comentários críticos. Antes mesmo da tese de doutoramento a apresentar na Sorbonne. A nossa entrevista pretendeu funcionar como primeira radiografia do MDP enquanto quadro no mundo português em evolução política profunda e rápida. Uma evolução que escapa, mesmo, por vezes, aos próprios intervenientes mais directos que são puzados pelas premissas que foram ou em que se envolveram para posteriores conclusões que mais não são que novas premissas. O MDP surge, assim, tablado político, sem uma ideologia definida em contornos precisos, sendo às nas suas intenções uma frente nacional ampla rumo (embora meta longínqua) a uma democracia socialista. Sem as especificidades dos outros partidos, interessa-lhe fundamentalmente a luta antifascista em prol das classes menos favorecidas, tendo como meta o supremo interesse popular. Para isso aceitará em organizações regionais como base, espécie de células de comité que farão sentir o seu peso nas decisões de cúpula.

O mais importante a assinalar será que, quanto à intencionalidade, o MDP como que se confunde com a teoria política do MFA. Ao ouvir descrever a sua interioridade ficamos com a impressão de que é uma espécie de partido anti-partido, uma espécie de pedagogia para a democracia popular, atendendo às circunstâncias aqui e agora.

Quem tenha seguido de perto uma das poucas sessões de esclarecimento levadas a cabo pelas Forças Armadas, como aconteceu connosco, há dias, na Escola Nuno Gonçalves, em Lisboa, imediatamente percebe da aderência do MFA às massas populares, disposto a defendê-las "contra o capitalismo opressivo que julga seu direito o viver da exploração alheia".

"Não o consentiremos", foi ali repetido. Fascismo e capitalismo metem-se, com frequência, no mesmo saco, despontando cada vez menos timidamente o sentido de um nacionalismo que faz pensar em Portugal que hoje apenas em categorias políticas europeias. Atende-se que os militares, o núcleo do original processo democrático português, forjaram-se para a política mais em contacto com a África que com a Europa. Por outro lado, sente-se cada vez com mais intensidade, nos meios das Forças Armadas, que Portugal só poderá continuar com a sua vocação histórica se ligado à África. Voltar às raízes e mesmo às raízes, onde vamos encontrar também os árabes, sem as veleidades da superpotência americana, superpotência que fará de nós um Luxemburgo gordo, sem outra ambição que não seja o ser dois bifés em vez de um.

Mas voltemos ao MDP e ouçamos o que nos diz José Manuel Tengarrinha, que julgamos sobremaneira útil para a compreensão do Portugal político de amanhã.

A. de C.

a base de uma autonomia regional

PRESSO — Vai o M.D.P. organizar-se, na sua estrutura interna, a nível de quadros, como os outros partidos, com secretário-geral, etc?

JOSE TENGARRINHA — Compreende que esses problemas estão em discussão. Dadas as características do funcionamento democrático que o nosso partido tem, na continuidade do Movimento Democrático, as decisões principais serão tomadas depois de devidamente auscultadas as comissões de base, depois de ter sido feita uma discussão a todos os níveis do movimento. Pois que há muito pouco tempo foi resolvida a transformação em partido e não que a discussão de todos os problemas de organização tenha se prolongará até ao fim da discussão que se processará de acordo com as nossas tradições nas eleições de todo o regime. Poderem, no futuro, avançar-lhe algumas ideias mais, que tanto quanto sei estou certo que correspondem à opinião sobre as características do movimento conservar-se-ão na linha do Movimento Democrático, isto é, autonomia distrital (de acordo com as características específicas de cada distrito) propriedade que sempre foi do Movimento, de cunho evidentemente regional, que queremos conservar e incentivar. Queremos que a organização e a actuação do Partido resultem da iniciativa da base e que todo o movimento interfira pessoalmente nas discussões locais, sempre que a urgência ou que os assuntos têm que ser tratados o permita. Será todo o movimento a dar a sua opinião e, por outro lado, ao nível dos órgãos directivos creio não fugir muito às ideias a que iremos chegar, se lhe parecer que será uma direcção de carácter colegial. Haverá, digamos, uma comissão central que será eleita de acordo, de resto, com a exigência legal. Será eleita no órgão superior do Movimento e que arranjará entre si a forma de as decisões serem rapidamente tomadas. E, de resto, uma característica do Movimento que

sempre tem mantido: a de conciliar a sua profunda democraticidade com a rapidez de decisão. E nunca uma prejudicar a outra. Tem isto acontecido em todos os momentos importantes em que o MDP tem intervenido.

Sociedade amplamente democrática

EXPRESSO - Quería por-lhe a pergunta cuja resposta seria o mais sintética: qual a definição que o senhor daria de si mesmo? Isto que todos os partidos se têm num determinado fronte, pretendendo fazer sair a política numa determinada direcção de acordo com as suas visões do mundo, qual é a realidade política-social.

JOSÉ TENGARRINHA - O que está dentro de características que se apresenta, actuando no espaço político que lhe é dado, que dificilmente será mudado por qualquer outra realidade democrática, define-se sempre com características mais santas em algumas metas e objectivos como em todos os meios para os atingir. Nesse sentido posso dizer que o objectivo fundamental da política é a construção de uma sociedade amplamente

democrática. Esta faceta que é como que um lema do MDP, traduz-se numa sociedade que poderá definir-se, embora esse seja o nosso objectivo longínquo como uma democracia socialista e que, portanto, se traduz, na organização do estado, pela existência, na sua base, de organizações de massas que devidamente institucionalizadas possam constituir órgãos de decisão dos cidadãos em diversos níveis e sectores sobre os assuntos principais de resolução política. Isto é, os maradores, os sindicatos, os pequenos agricultores, os simples usuários da sociedade em qualquer sector, os compradores, o público em geral que encontra a maneira mais eficaz e mais racional de se unir em organizações de massas que não tenham apenas carácter consultivo, mas tenham uma influência deliberativa sobre as linhas principais da decisão política. Por exemplo, deliberados que, neste caso, em que estamos a trabalhar intensamente, a Liga dos Pequenos

Agricultores, que é neste momento um dos nossos objectivos centrais e que já está a dar em todo o país os seus frutos...

EXPRESSO - Pequenos agricultores são aqueles pequenos empresários agrícolas que possuem um, dois, três ou quatro hectares de terreno?

JOSÉ TENGARRINHA - Exactamente. Pois nós estamos a trabalhar neste domínio, tanto na Liga dos Pequenos Agricultores, como a fortalecer, a influenciar o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, dos assalariados rurais. Pensamos deste modo, que o Sindicato dos Assalariados Rurais e a Liga dos Pequenos Agricultores não podem deixar de ser ouvidos para decisões que venham a ser tomadas a nível governamental sobre problemas da agricultura. Assim nós entendemos o estado amplamente democrático: a exigência da participação de organizações de massas nas decisões que no seu sector venham a tomar-se.

Uma frente ou união popular

EXPRESSO — Poderíamos dizer que o MDP é, na sua natureza íntima, uma espécie de frente popular, sem dar a esta expressão «frente popular» o sentido que se lhe costuma atribuir ou seja, como aconteceu em França, a união entre o PS e o PC para a disputa das eleições?

JOSÉ TENGARRINHA — Exactamente. No fundo uma organização popular de massas que tenha a capacidade de intervenção nas decisões políticas. Isto é original de facto e ainda não está plenamente realizado em nenhum país do mundo.

EXPRESSO — Podemos dizer, por conseguinte, que o MDP não possui uma linha ideológica com a rigidez típica dos outros partidos?

JOSÉ TENGARRINHA — Nós consideramos como fundamental a construção de uma sociedade amplamente democrática. O que pensamos é que as distintas ideologias pesam menos do que a necessidade de alcançar estes objectivos comuns, e que temos, portanto, como nossa preocupação fundamental o reunir as massas populares da forma organizativa que já expus, em torno da luta para a conquista dos seus objectivos e que possam fazer prevalecer as linhas que lhes pareciam mais justas, de acordo com os interesses populares. Situando-nos, neste plano, vê-se como acabam por ter para nós um papel tão predominante, são preponderante direi melhor, as organizações e as linhas partidárias, mas fundamentalmente as organizações,ões de massas reunindo as pessoas em

torno de objectivos comuns. Pode haver, portanto, pessoas de tendências diferentes, convergindo todas elas, no entanto, nos mesmos objectivos.

EXPRESSO — Para explicar melhor: o que queria perguntar resulta da situação de cada um dos partidos em concreto com os seus respectivos conteúdos ideológicos, ultrapassados os quais não faz sentido que a pessoa continue a pertencer a esse partido. Sei lá, se, por exemplo, um militante do PPD defendesse a abolição da propriedade privada das fontes de produção, logicamente ultrapassaria os limites deste partido. Pelo que acabou de dizer, parece não se verificar uma tal rigidez no MDP.

JOSÉ TENGARRINHA — A exigência que fazemos é que as pessoas estejam de acordo em lutar em comum pelos objectivos já expostos, dentro dum sentido amplamente democrático para tentar construir uma sociedade que, tenha características de acordo com os interesses populares. Dá a razão pela qual nós temos, digamos assim, como lema do nosso partido, o partido do povo. Partido do povo é precisamente para nós aquela designação que melhor traduz o nosso objectivo fundamental de nos esforçarmos por conseguir uma verdadeira unidade popular. Quero dizer-lhe ainda que, quanto a nós, é esta uma característica fundamental que perfeitamente se ajusta às propriedades originais da nossa situação actual e igualmente às características tradicionais do



Movimento Democrático.

felizmente se ajusta às propriedades originais da nossa situação actual e igualmente às características tradicionais do Movimento Democrático.

Isto é, ao longo dos muitos anos de fascismo, o povo português criou uma profunda, uma radical consciência de que deveria unir-se estreitamente, cooperar impopulado económica, política e contra a opressão social. Esta é uma herança importantíssima que nos deixam o fascismo e que é original no nosso país, porque nenhum outro, como o nosso, o viveu tantos anos e, ao mesmo tempo, teve de lutar em frentes unidas contra ele. Nesse sentido o que é mais importante que tudo é que, para além das divisões políticas e partidárias (não as desprezando de maneira nenhuma, pois consideramos importantes as opções partidárias) há um trabalho importante a desenvolver ao sentido de ampliar e concretizar essa consciência popular de unidade na luta por objectivos fundamentais, na construção de uma sociedade amplamente democrática.

O MFA à paisana

EXPRESSO — Por aquilo que tenho observado, parece-me poder afirmar que as vossas linhas programáticas coincidem na totalidade com as intenções do MFA. No fundo é um desenvolvimento, uma ampliação do Programa do MFA, enquanto cada um dos outros partidos, sem ir contra o Programa do MFA, desenvolve apenas aspectos específicos que nele cabem e não o contrariam. Não sei se me conseguis explicar: quero dizer que o vosso partido abrangeria todo o conjunto numa espécie de ângulo de abertura. Adopta-o, alargando-o.

JOSÉ TENGARRINHA — É isso exactamente. A nossa proximidade com o MFA é nisso igualmente grande e, como sabe, só por brincadeira, se costuma dizer, mas com algum sentido e com significado, que o MDP é o MFA à paisana. E em certa medida é assim, porque ambos prossequimos objectivos largos de ampla unidade popular. As vossas linhas fundamentais, do ponto de vista programático, são inspiradas nas linhas do MFA. E é nessa interpretação e na adequação à evolução das circunstâncias e à necessidade de fazermos do Programa do MFA um instrumento activo de transformação do país, que nós fundamentalmente nos baseamos.

José Tengarrinha ao EXPRESSO

«O MFA NÃO DEVE ESTAR AFASTADO DE NENHUM CENTRO DE DECISÃO POLÍTICA IMPORTANTE DESTES PAÍS»

Críticas do P.P.D. e do P.S.

Continuação aág. 17

EXPRESSO — Tem alguns comentários a fazer aos ressumentos do PPD e do PS pelo facto da nossa transformação em partido?

JOSÉ TENGARRINHA — Em primeiro lugar, surpreendem-me por duas razões: a primeira surpresa é que os dois partidos tiveram, em grande parte, na origem da disposição da Lei Eleitoral que impede a participação de organizações que não sejam partidos. Porque seria quase evidente que eles estavam com isso a fabricar um novo partido. E era-o na medida em que afastando-nos a lei, não apenas das eleições para a Câmara Constituinte e para a Assembleia Nacional, mas até das próprias eleições das assembleias locais, onde nós desempenhamos e continuamos a desempenhar um papel tão importante em todo o país, seria de todo evidente que nos estariam a encorajar para constituirmos um partido. Se eles se esforçaram por estabelecer essa disposição legal era concreta admitindo que a nossa reacção fosse ota.

No segundo lugar, me surpreende a imaturidade política que revelaram com esta reacção. As forças democráticas ficaram muito entusiasmadas se essas organizações tivessem demonstrado uma maior maturidade, maior serenidade. A sua impaciência, a irrealismo, a imoderação e a irresponsabilidade de muitas dessas



“O MDP é fundamentalmente uma organização popular de massas com capacidade para intervir nas decisões políticas”

atitudes tomadas não são nada vantajosas para o fortalecimento das forças democráticas.

Lamentamos, por isso, e igualmente nos confessamos surpreendidos,

pois dificilmente superaríamos que organizações que deviam ter responsáveis tivessem tais atitudes e a tal nível de argumentos, que nós estaríamos habituados a ver

utilizados antes do 25 de Abril, argumentos em que hoje cada vez menos as pessoas acreditam e constituem os mais primários e mais grosseiros a que o próprio fascismo nos habituou.

A participação do MFA na Câmara Constituinte

EXPRESSO — Talvez seja prematuro fazer esta pergunta mas ainda, assim mesmo, eu atrevo-me a fazê-la: o MDP já tomou partido quanto a uma eventual participação do MFA na Câmara Constituinte?

JOSÉ TENGARRINHA — O MDP, tanto quanto aos concluímos até agora, perfilha as decisões tomadas nas Jornadas Democráticas de pensar que seria vantajoso para a Câmara Constituinte e para o fortalecimento das organizações democráticas, a participação do MFA na Câmara.

Não a sua disposição, mas a sua participação com um número de lugares a determinar.

De qualquer modo a sua participação parece-me importante, porque o MFA, quanto a nós, não deve estar afastado de nenhum centro de decisão política importante deste país.

Sendo a Câmara Constituinte um dos mais importantes que vão operar em Portugal, parece-me que é de justo direito e que ninguém poderá de modo nenhum contestar a sua participação, desde que, naturalmente, haja plano de decisão.

Hipotecado o Partido Comunista

EXPRESSO — Mais uma pergunta que será a última e a que certamente já respondeu muitas vezes: refiro-me à tão falada hipoteca que sobre o MDP detém o Partido Comunista?

JOSE TENGARRINHA — É uma pergunta a que respondo, sem deixar de sentir, assim como o meu amigo está a sentir, porque a verdade é esta: tendo sido, nos últimos dias, entrevistado por vários jornalistas e a bem sintomático da seriedade que nos acusações tem o facto de os jornalistas nos fazerem esta pergunta a seguir-se.

Há aqui uma confusão premeditada, em diversos pontos. Todos nós sabemos a papel importante que o Partido Comunista teve no desenvolvimento da luta democrática e anti-fascista no nosso país. Todos nós sabemos que, durante muitos anos, a única força política verdadeiramente organizada no nosso país e com implantação nos diversos sectores da população. Sabemos pelos documentos que conhecemos do PC, anteriores ao 25 de Abril, a importância que dava à luta democrática e à formação de uma frente anti-fascista no nosso país, que profunda influência teria exercido no próprio 25 de Abril. Seria, por conseguinte, um dos estimulantes do movimento democrático feita e designadamente pelo MDP.

Após o 25 de Abril o PC outras organizações igualmente apoiaram a movimentação democrática. Outras organizações não direi bem, mas sim outras tendências. Simplemente estas tendências não estavam organizadas em partidos e é natural, portanto, que o PC, como mais forte, tenha sido aquele que mais realce após isso deu ao Movimento Democrático. Quando digo após não digo que o Partido Comunista quisera dominar o Movimento Democrático. Nunca, creio eu, houve dentro do MDP qualquer acusação dessa natureza. De resto, verifica-se que os próprios socialistas que saíram muito recentemente do MDP e que desde [1973] tinham sido viáveis a participar eativamente na preparação da última campanha eleitoral e também antes essas pessoas de quem se é creio todos os seus compatriotas guardamos agradáveis recordações, pela forma leal e íntegra como trabalharam, ostentando um bom exemplo de convívio e colaboração

democrática fossem semelhantes tensões).

O Movimento, com tal, não era possuído por representantes de partidos. As pessoas encontravam-se nele tal como antes do 25 de Abril, a nível individual. E se assim pensávamos, antes do 25 de Abril, não era apenas por razões de segurança, pelo facto de as pessoas não poderem estar a denunciar as suas tendências políticas, mas também, igualmente, porque pensamos que se as pessoas comessem a denunciar as suas tendências políticas não começaria a criar divisões, maços choques e passionalmente quebriaria aquele sentido fundamental de unidade que tentávamos imprimir à nossa luta. Dado que nós não tinhamos qualquer identificação partidária ou de tendência política dentro do Movimento, e assim continuamos depois do 25 de Abril, é difícil que lhe diga que os membros do PC estão dentro do MDP. É impossível que alguém diga sequer que dentro dos seus órgãos dirigentes eles são maioritários. Porque ninguém sabe. Havia uma única organização, com capacidade e autoridade para a fazer e essa foi existiu no 25 de Abril. O que nós consideramos e que existem várias tendências que não reconheceram nas discussões que entre nós fazemos, nos debates, no trabalho franco e leal que entre nós desenvolvemos, imediatas essas que nós não pretendemos fazer entrar em choque. Antes pelo contrário. Presentemente o MDP consulto-se em partido. Tem uma câmara nos seus estatutos, que será apreciada com toda a certeza, que

É impossível que qualquer desses amigos socialistas que trabalharam conosco tenham, alguma vez, a fazer qualquer afirmação de que se sentiram obrigados ou dominados pelo Partido Comunista. Nunca o fizeram, porque nunca se sentiram nem nos últimos. As nossas decisões foram sempre tomadas procurando uma base de acordo, tentando encontrar uma unanimidade, fora de quaisquer majoritismos. Ninguém que verdadeiramente tenha trabalhado no Movimento Democrático pode dizer que tenha sido de outra forma que não esta. Assim é que os próprios membros do Partido Socialista, alguns deles já destacados, que trabalharam conosco, podem fazer declarações de várias naturezas, mas

essa nunca a fizeram nem poderão fazer.

Um dia que alguém poderá pertencer ao MDP, pertencendo a outros partidos. Portanto, não pode haver hipotecação. O que nós queremos é que as pessoas tenham inteira liberdade de opção, sem as pretendidas influências de qualquer maneira. Nesse sentido, nós pensamos que, durante este mês, temos de profunda discussão, até à altura em que os estatutos estiverem aprovados bem como o Programa, discussão agora amplamente aberta em virtude das Jornadas Democráticas, podemos resolver essas questões e clarificar essas questões.

A opção de cada um de elementos é individual. Que acção depois disso se poderá fazer ao MDP? O que existe, é a preocupação fundamental de desenvolver a linha própria do MDP. E esta é a predominância. Para quem conhece o Movimento Democrático em todo o país, é claro, que este encontrará precisamente as pessoas sem partido, sem opção partidária. Se aderem ao MDP, não é só também porque têm dificuldade de opção partidária, mas porque se identificam com a sua linha política. Ainda, assim, nesta entrevista foi gravada na Quarta-leira — N.L.H. tivemos dito exemplo. Entre as centenas de adesões que temos recebido nestes últimos três dias, desde que nos transformámos em partido, há movimento sem só interesse a pontos de estarmos já com problemas de classificação e armamento que excede tudo o que nós pensamos), como se entre outros, o José Gomes Ferreira, o Carlos de Oliveira, o Luis Filipe Costa, pessoas, como e evidente, com capacidade para se definirem politicamente e optarem por qualquer partido se quisessem. Se o fazem pelo nosso, é porque acham que nestas condições existem livres.

Queria acrescentar apenas que

quanto à política para a qual cuidamos a ser provocados, nunca tivemos a ser entrar, porque pensamos, por um lado, que o nível dos ataques que nos eram feitos não mereciam resposta. Pelas manifestações de simpatia e apoio que tivemos, verificamos que o próprio povo, tinha logo a resposta sem que nós a díssemos. Também não quisimos entrar nessa política pelo facto de starmos convencidos que os problemas fundamentais de povo português não são esses. O povo português, o povo do país, das aldeias, dos campos, das fábricas, não dá importância a este tipo de política. Não tem interesse por este tipo de discussão entre partidos e organizações. Para eles são coisas secundárias. E resulto naturalmente e muito tímido, porque para eles o fundamental é que as organizações e partidos sejam capazes em conjunto de construir um Portugal democrático. Fora disso, tudo o que seja accionar-lhes divisões, tudo o que seja baixo nível de política, como o verificado agora é perturbante e muito de populações menos politizadas sem capacidade para perceberem a subtilidade dessas discussões, acaba por ser desmobilizador. O que é importante, agora é mobilizar a povo e não provocar tipos de polémicas que são inchadas artificialmente, porque elas não correspondem às reais exigências da luta democrática neste momento.

Embora pensamos que foi relevante o tipo de polémica que nos foi levantado, não nos estamos do modo nenhum dispostos a responder nesse tom e pensamos que ela se reveste de muita utilidade dentro da acção democrática pela disposição negativa que revela de certas organizações. Independentemente disso faremos todos os esforços para trabalhar em conjunto na contribuição para Portugal democrático.

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PINTO GALVÃO REDACÇÃO: RUA SÓDIO DE PAULINA, 30-37-27 TELEFONES: 508011-51208 LISBOA

24 horas
diariamente

Conselho de Ministros

A COMISSÃO de Ministros reuniu-se esta manhã em sessão pública no Palácio Nacional da Ajuda, para discutir o projecto de Lei do Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

O Conselho de Ministros reuniu-se esta manhã em sessão pública no Palácio Nacional da Ajuda, para discutir o projecto de Lei do Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

O Conselho de Ministros reuniu-se esta manhã em sessão pública no Palácio Nacional da Ajuda, para discutir o projecto de Lei do Greve e do Lockout, apresentado pelo MDP, e o projecto de Lei do Mercado Curto, apresentado pelo PSD.

Vasco Gonçalves reúne-se com a RTP

O PRIMEIRO-MINISTRO António de Oliveira Gouveia reuniu-se esta manhã com o Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

O Primeiro-Ministro reuniu-se esta manhã com o Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

Enviado de Kissinger para discutir as Lojas

O EMBAIXADOR dos Estados Unidos, Arthur Schlesinger, vai ao encontro do primeiro-ministro António de Oliveira Gouveia para discutir as Lojas.

O Embaixador dos Estados Unidos, Arthur Schlesinger, vai ao encontro do primeiro-ministro António de Oliveira Gouveia para discutir as Lojas.

Emigrantes maiores de 29 anos passam a reservistas

Os emigrantes portugueses maiores de 29 anos passam a ser considerados reservistas.

Os emigrantes portugueses maiores de 29 anos passam a ser considerados reservistas.

Presença do M.F.A. na Constituinte interessa meios políticos

TEM INTERESSE especial a presença do M.F.A. na Constituinte, segundo os meios políticos.

Tem interesse especial a presença do M.F.A. na Constituinte, segundo os meios políticos.

O Conselho de Estado introduz alterações ao projecto de lei eleitoral

O CONSELHO de Estado introduz alterações ao projecto de lei eleitoral.

O Conselho de Estado introduz alterações ao projecto de lei eleitoral.

Alguns questionam a Lei do Greve e do Lockout, apresentadas pelo MDP e Mercado Curto.

Alguns questionam a Lei do Greve e do Lockout, apresentadas pelo MDP e Mercado Curto.

Novo suplemento

Expresso artesletras ciências
informação crítica

MDP
EM ENTREVISTA COM JOSÉ TENCARRINHA

Novo suplemento

Expresso artesletras ciências
informação crítica

Aumento provável dos descontos para o Fundo de Desemprego

O aumento dos descontos para o Fundo de Desemprego é provável.

O aumento dos descontos para o Fundo de Desemprego é provável.

Kuwait: missão oficiosa em Portugal

Uma missão oficiosa do Kuwait está em Portugal.

Uma missão oficiosa do Kuwait está em Portugal.

Alguns questionam a Lei do Greve e do Lockout, apresentadas pelo MDP e Mercado Curto.

Alguns questionam a Lei do Greve e do Lockout, apresentadas pelo MDP e Mercado Curto.

Intervenção directa do Estado em empresas privadas

Intervenção directa do Estado em empresas privadas.

Intervenção directa do Estado em empresas privadas.

Intervenção directa do Estado em empresas privadas.

Intervenção directa do Estado em empresas privadas.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975.

Previsão de Vitor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos civis em Setembro de 1975.



Audemars Piguet
Le plus prestigieux des horlogers

24 horas em notícia

Conselho de Ministros

O CONSELHO de Ministros ontem reunido ouviu uma exposição do ministro da Justiça sobre os principais problemas postos à actuação do seu departamento, ouvindo igualmente uma exposição do ministro das Finanças sobre a preparação do orçamento para o ano de 1975 e alguns problemas relativos à preparação da execução do Plano de Fomento também para 1975.

O Conselho aprova dezanove projectos de diplomas legais, entre os quais salientamos os seguintes: o que define o regime jurídico dos contratos de desenvolvimento para a habitação; o que extingue o conselho de gerência e o conselho de fiscalização dos CTT e JLP e institui em sua substituição o conselho de administração e o conselho fiscal previstos no Decreto-Lei n.º 49368; o que insere disposições legais reguladoras dos termos em que ficam vinculados os técnicos portugueses que vão a prestar serviço na República da Guiné-Bissau e que regulariza a situação dos cidadãos portugueses que em 10 de Setembro de 1974 faziam parte dos quadros do pessoal dos serviços públicos da Guiné; o que aprova para ratificação um acordo entre o governo de Portugal e o governo da Tailândia sobre o comércio de produtos agrícolas no quadro da Associação Europeia de Comércio Livre; e o que garantindo nos termos da lei a natureza vitalícia e inamovibilidade dos juizes dos tribunais ordinários em efectividade de funções dá nova redacção ao art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 277/74, de 25 de Junho em relação ao procedimento disciplinar instaurado contra magistrados.

O Conselho aprovou ainda a recomendação do Conselho Económico-Social de outorga de mais três áreas de concessão para prospecção de petróleo no "off-shore" designando para autorizar em representação do Estado, o Secretário de Estado da Indústria. Como o EXPRESSO oportunamente informou, a concessionária é a Texaco.

Vasco Gonçalves reúne-se com a RTP

O PRIMEIRO MINISTRO, brigadeiro Vasco Gonçalves, recebeu ontem de manhã, durante cerca de uma hora, os membros da nova Comissão de Programas da Televisão e elementos do Conselho de Administração da RTP.

A reunião teve como objectivos gerais a melhoria da qualidade de programação e a contribuição da televisão para a criação de uma mentalidade democrática em Portugal.

Enviado de Kissinger para discutir as Lajes

O EMBAIXADOR itinerante Robert McCloskey, que se encontra em Portugal como enviado especial de Kissinger para discutir de acordo luso-americano sobre as Lajes, foi recebido ontem de manhã pelo Presidente da República, General Costa Gomes e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, prof. Jorge Campinos, e à tarde pelo primeiro ministro brigadeiro Vasco Gonçalves e pelo Ministro sem Pasta Major Melo Antunes.

É natural que as negociações relativas aos Açores se prolonguem ainda por umas largas semanas (ver a este propósito o editorial do EXPRESSO da última semana "Portugal, os árabes e os americanos"). A reunião de peritos económicos, cuja chegada McCloskey anunciou para a próxima semana, vêm fazer um estudo económico geral da situação portuguesa e a sua ocorrência essencialmente se relaciona com o problema das Lajes, decorrendo essencialmente do acordado nas conversações entre Costa Gomes e Ford, realizadas aquando da visita do Presidente da República aos Estados Unidos em Outubro último.

Emigrantes maiores de 29 anos passam a reservistas

MUITOS portugueses que saíram do país ao longo dos últimos anos — em grande parte devido à recusa em participar na guerra colonial — poderão ver a sua situação militar regularizada.

Com efeito, segundo disposições oficiais que deverão ser lançadas públicas no decorrer da próxima semana, os portugueses maiores de 29 anos, habitualmente residentes no estrangeiro, e que se encontrem na situação militar de adiados de classificação ou em condições de poder ser adiados, terão a possibilidade de requerer a passagem à Reserva Territorial. Trata-se, assim, que, ao abrigo das disposições referidas, muitos portugueses, que se viam obrigados a exilar-se em países estrangeiros, possam reintegrar-se na vida activa em Portugal, com autorização para permanecer por tempo indeterminado ou base residência no nosso país. Em termos mais concretos, essas disposições correspondem, efectivamente, a uma dispensa de cumprimento do serviço militar em circunstâncias normais. Entretanto, tudo leva a crer que as normas em questão tenham a ser em breve largamente divulgadas entre os círculos portugueses no estrangeiro, o que, em princípio, deverá estimular o regresso de um número considerável de emigrantes, nomeadamente os que dispõem de qualificação — ou a eles poderiam vir a aceder — a nível de "quadros", cuja ausência se faz geralmente sentir em Portugal.

SEDES define posição em A. Extraordinária

INICIOU-SE ONTEM e prossegue durante todo o dia de hoje uma Assembleia Extraordinária da Sedes, convocada pelo Conselho Coordenador para debate de teses elaboradas por diversos grupos de trabalho, definindo a posição da Associação nos domínios económico, social e político-administrativo.

A Assembleia (que, como que constitui o 1.º Congresso da Sedes desde a sua fundação) assistem cerca de duas centenas de sócios, entendendo-se que as sessões devem decorrer à porta fechada, visto encontrarem-se em causa questões íntimas da Associação.

Um dos pontos particularmente importantes é o da revisão dos estatutos da Sedes, existindo uma proposta para a sua transformação em Associação política, sem características partidárias.

Nos sócios inscritos para a Assembleia encontram-se filiados do P.S., do P.P.D., além de outros sem filiação partidária.

Nova fase

Com esta Assembleia Geral entra a Sedes numa nova fase da sua existência.

Constituída no início de 71, a aprovação dos seus estatutos pelo Ministério do Interior demorou cerca de sete meses. O primeiro Conselho Coordenador, presidido por Rui Vilár — agora Ministro da Economia — e, tendo por Secretário-Geral Sousa Gomes (hoje Presidente) ocupou-se da estruturação da Associação.

Neste período assumem particular relevo as campanhas nacionais de educação e saúde, sujeitas a condicionamentos administrativos restrictivos.

O segundo Conselho Coordenador é presidido por Magalhães Mota (este mesmo Ministro sem pasta, e dirigente do P.P.D.) pertencendo-lhe, entre outros,

Francisco Sá Carneiro (Secretário-Geral do P.P.D.), João Salgueiro e Mário Bragança (Governador Civil de Lisboa), exercendo as funções de Secretário-Geral Henrique Santa Clara Gomes (actual Subsecretário de Estado da Segurança Social). O terceiro Presidente foi Jorge Sá Borges (agora dirigente do P.P.D.) e Secretário-Geral João Salgueiro.

No período 72-74, em relevo a posição frontal da Sedes contra a reeleição de Thomas ("O Portugal que queremos ser"), e contra as eleições de 73, "bem como o trabalho "Portugal para onde vai?".

Depois de 25 de Abril, um grupo de sócios e dirigentes da Sedes lançou o P.P.D., continuando filiação na Associação. Posteriormente, alguns associados da Sedes foram assumindo diversas opções partidárias (P.S., P.P.D., MÉS, MDP/CDE) permanecendo aquela instituição como um ponto de encontro e diálogo pluralista sem preocupações de Partido.

Com a passagem do MDP/CDE a Partido, a Sedes ficou a ser a única associação do seu género.

Os corpos sociais, eleitos há quatro meses sob o signo "A realização por via democrática de um projecto socialista adequado à realidade portuguesa", lançaram grupos de trabalho, que após algum tempo de interregno — culminaram na presente Assembleia Geral.

Compõem o Conselho Coordenador Sousa Gomes, Gomes Cardoso, Torres Campos (Secretário de Estado da Indústria e Energia), João Boteguiña, Manuel Viana Machado, Mário Mirante, Mário Pina Correia, Vítor Constâncio (Secretário de Estado do Planeamento Económico) e Henrique Santa Clara Gomes. Exercem funções na Assembleia Geral, entre outros, Rui Vilár e Luís Nandim de Carvalho (Subsecretário de Administração Interna).

Imagem externa e definição interna

EM DIVERSAS FRENTES externas, Portugal exerce um esforço assinalável visando dar uma imagem clara e tranqüila da situação no país. Membros do Governo, pessoas ligadas à actividade económica, representantes do MFA viajam por vários continentes, participam em reuniões internacionais, dão entrevistas aos meios de comunicação social. A súbita e positiva mudança verificada em Portugal depois do 25 de Abril não foi, na verdade, inteiramente compreendida, assimilada ou aceite em muitos países e em muitos meios. Torna-se, por isso, imperioso — para cada português e não apenas para os colocados em posições de comando — explicar lá fora o que somos, porque somos e o que queremos ser.

Simplesmente, as versões sobre Portugal dadas aos estrangeiros, tanto ao nível dos altos dirigentes como no plano dos simples e mortais cidadãos, nem sempre serão coincidentes. Um português MRPP não vê Portugal e o que nele se passa como um português PCP. Um português CDS não analisa o seu país como um português PPD. Sem falar já nos outros partidos (e nos reacçãoários não formalmente agrupados, que os há e muitos) é forçoso concluir que são diversificadas as opiniões dos portugueses sobre o que é e o que deverá ser a sua terra.

Poderá dizer-se que isso é inevitável e que é também desejável, na medida em que representa um importante e definitivo passo para um pluralismo democrático que corresponde ao espírito do Programa do MFA. É verdade, mas há certas opções que talvez não possam esperar muito mais tempo. Tal como para a descolonização se entendeu que não era possível aguardar até às eleições, é provável que noutros sectores não seja aconselhável permanecer na indecisão.

Um desses sectores é o económico. Em que sistema vivemos? Capitalismo arrependido ou socialismo disfarçado? Socialismo para certas coisas e capitalismo para outras? E que capitalismo, se for capitalismo? E que socialismo, se for socialismo?

Trabalhadores e patrões, consumidores e produtores começam a fazer esta pergunta com progressiva ansiedade e é preciso encontrar uma resposta para ela.

As contradições e incoerências são veneno fatal para um sistema que se pretende novo e em arranque. E não há tentativas de firmar uma imagem externa que sejam bem sucedidas sem que esteja resolvida uma condição prévia: a definição clara da imagem interna.

Paulos, Mano Braderode

De uma incómoda liturgia

EM ARTIGO recentemente publicado pelo "Expresso", José Lebrão de Freitas defendeu a necessidade do adiamento das eleições que se apontam para Março de 1975 e esboçava, desdêlogo e à laia de mal menor, uma alternativa política para o caso de aquela dilatação não ser possível. Para além do meu acordo quanto às considerações que conduziram o articulista a julgar prematuras aquelas eleições, não deixo de ser significativo que quem assim pensa se sinta na necessidade de forçar ao mesmo tempo uma via alternativa.

A vaca sagrada da política portuguesa

É que, efectivamente, o prazo para a realização das eleições vem sendo de há muito transformado na vaca sagrada da política portuguesa. A ele, muitas e variadas vozes vêm apontando a generalidade dos propósitos democráticos dos governantes, a honra dos militares e a benevolência política internacional e o apoio económico externo. A ele, vão muitas consciências buscar a tranquilidade necessária à redacção do pecado das armas brandidas em 23 de Abril e o exorcismo capaz de afastar o demónio spectral da ditadura militar. A unanimidade ou, pelo menos, entre as principais organizações políticas portuguesas, emprestaram a este culto um fanatismo e uma coesão de mitermes. Uma rocha.

O M. F. A., cioso como está do seu papel singular no singular processo político português, recusa de perder o capital moral que nele investe e verificando que as principais forças políticas comprometidas no mesmo processo passaram o prazo das eleições no Olimpo, reitera, sistematicamente as garantias de que "as datas" serão cumpridas.

O P. P. D., adiantando que as urnas poderão valorizá-lo politicamente tanto ou mais quanto a actual fase do processo o vem depreciando, ajoelha periodicamente perante a vaca — se a colaboração regular de N. S. no "Expresso" lhe representa — após para a necessidade de "legitimar" e "estabilizar".

O P. S., a despeito do peso relativo da sua esquerda, sabe-se destinado a explodir nas urnas e sente a impossibilidade de competir com o P. C. numa fase em que o primordial se joga através do sen-

tido de militância das suas bases: a sua cota eleitoralista, não sendo a única, tende a sobrepor-se às demais, não tanto por sendo ideológico como pela necessária e implacável acção da lógica interna de um aparelho que, em escassos seis meses, não logrou preparar-se senão para eleições. Daí a sua desconfiança, não muito latente, por espantilhos "perusos" e a sua genuflexão, discreta mas efectiva, no altar da vaca.

O P. C., talvez porque equilibre nos pratos da balança as vantagens que lhe advém da fase actual do processo com o inconveniente que traria a defesa pública do adiamento das eleições para a sua linha de tranquilização de um país onde o fantasma do anti-comunismo é ainda de carne e osso, faz vista grossa e ignora a vaca, mas respalda intencionalmente a liberdade de culto dos seus companheiros de coligação.

Tudo isto somado a alguns precedentes que deixaram marca le de que é exemplar o facto de tantas vozes de esquerda terem combatido, durante a crise Palma Carlos, sob a bandeira dos prazos sagrados do programa do MFA, em vez de para e simplesmente denunciarem o carácter contra-revolucionário da manobra faz o tremendo peso ideológico que neste momento a vaca tem em Portugal. E, embora não seja de ontem nem de hoje que as realidades políticas obrigam os governantes a decretar o esquecimento de palavras ditas, também é certo que, como reza um provérbio castelhano, somos donos das palavras que calámos, mas somos escravos daquelas que dissemos.

Obviamente que a realização de eleições prematuras não pode ser a melhor prova dos propósitos democráticos dos governantes. Que a honra dos militares se vem jogando e afirmando em cada dia, que passa no processo português e que não é arriscando o que há de mais profundo e nacional no seu programa que esta honra se ganha. Que não é decreto aos olhos do imenso Terceiro Mundo ou dos países socialistas que umas eleições de modelo britânico ou francês são mais significativas do que a prática política interna e externa do Portugal.

Enfim, se é certo que o grosso do apoio económico externo terá de vir ainda — quer o queiram, quer não — das relações tradicionais e nacionais no seu programa de moeda se dizem de pé — "à espera das eleições" não tenhamos a

capacidade de acreditar que as operações em questão dependem só da realização de eleições, e não — como é de elementar realismo — do resultado delas. Como aquele padre discordante da alfabetização do Nordeste esclareceu exemplarmente perante a reportagem da TV: "só depois das eleições..."

Mas a verdade é que a vaca está em vias de uma sacralização irreversível. Por tudo isto, muito mais do que por um caprichoso respeito formal pelo programa do MFA. Até porque esse programa revelou já, na prática, uma ou outra contradição insanável que só com sacrifício parcial da sua letra, pode ser superada.

Penso, porém, aquilo mesmo de que José Lebrão de Freitas falou menos desconfiado: de que todo o latim que se gastou com a dessacralização da vaca vem sendo em parte perdido. Poderão adoptar-se desde já medidas que vão bulir significativamente com as estruturas deste país — e oxalá assim seja; mas os reflexos dessas transformações na ideologia do electorado constituem um processo de sedimentação demasiado longo para que possamos sentir-lhe os efeitos, graças a um adiamento de três ou de seis meses. Seis meses, aliás, foram já parcialmente perdidos. A indecisa joga à direita. E, se logramos abstrair da vivência política das grandes cidades, bem podemos interrogar-nos sobre qual o peso quotidiano do 25 de Abril numa freguesia rural de Trás-os-Montes.

Por tudo isto, será talvez mais realista que admitamos a vaca sagrada. Não para lhe prestarmos culto, mas apenas no sentido de coexistirmos com ela — coexistir com o que existe não tem alternativa. E a vaca existe, a menos que algum dado superveniente (e com a força necessária) de cabo dela. Não podemos estar a contar com isso.

E, afinal, talvez até uma certa coesão de que depende um MFA operacional passe por dia. E não só: também a institucionalização de um novo regime de destino socialista em Portugal, essa reclama urnas, aliás em prazo discutível e com uma amplitude de opção que poderá ser maior ou menor.

O que urge, portanto, é construir, sobre o pressuposto de eleições em 1975, a fórmula capaz de reduzir ao mínimo os seus efeitos de desgaste político e de assegurar o impulso necessário à continuidade do processo. AL, o terreno é mais movediço e, até que"

a um equilíbrio necessário

Nuno Brederode

venha à luz do dia uma lei eleitoral com todos os pontos e nós e até que os partidos resolvam o contencioso eleitoral pendente, reservo-me algumas dúvidas sobre a presunção prática da sugestão de Leões de Freitas.

Entretanto — e eis uma pena mais desta, como de outras proposições — se quisermos avançar alguma coisa na discussão de linhas de rumo para o futuro próximo, não nos resta alternativa que não seja a de pressupor também a viabilidade das urnas de uma combinação política cujo resultado seja, pelo menos, o de actual governo provisório.

Ninguém, até ao presente, pôs verdadeiramente em causa a continuidade do MFA para além das eleições. Claro que a momentânea decapitação da direita portuguesa e a circunstância de serem os militares quem, de todos modos, possui a chave da situação presente — não basta um cravo para entupir o cano da "C-3" — pode ter algo a ver com isso. Mas também é visível para muita esquerda que a evolução do país comporta riscos que só o empenhamento directo do MFA poderá permitir enfrentar.

O divórcio entre o poder político e o poder económico, se pudesse institucionalizar-se, tenderia a fazer do primeiro o prémio de consolidação para quem não dispõe do segundo. É certo que Portugal não é o Chile — entre muitas e poderosas razões, porque nós podemos aprender com eles o que eles não puderam aprender conosco. Mas isso não invalida a afirmação generalizável de que os o poder político cria rapidamente os instrumentos necessários ao ataque da estrutura económica ou acaba por socorrer. A incipência das nossas tradições democráticas, o atraso no processo de consensualização de classe do operariado, o peso ideológico da direita no país rural, a dificuldade da classe dominante em criar mecanismos de abstracção para os inevitáveis conflitos sociais e, "last but not least", a inserção geopolítica de Portugal, constituem um amalgama de factores cuja interacção aponta para uma resultante autoritária e conservadora.

Por isso, um jogo institucional de partidos, estável e preciso como um relógio suíço e capaz de um eficaz amortecimento das tensões sociais, seria certamente de cariz conservador. Mas esta hipótese, para além de desinteressante, é muito pouco provável. A sustentação de um regime de direita em moldes autoritários, mesmo que sem sacrifício daquele mínimo de democracia formal que o decoro impõe, é uma hipótese bem mais sinistra e, contudo, a médio prazo, mais viável. Sobretudo se for o resultado do fracasso da primeira devidamente comprovado na prática. Al estaríamos novamente nas mãos de um príncipe, talvez mais subtil, mas não menos efectivo. De golpe de Estado que desencadearia um processo com algumas características revolucionárias, o 25 de Abril converter-se-ia então, pese embora à vontade de quem o fez, numa questão dinâmica.

De tudo isto resulta a necessidade política da continuidade do MFA. O corno é ponto a ver.

Mas também ninguém, até ao momento, pôs verdadeiramente em causa a existência dos partidos. Gente haverá que não se abstém disso por falta de vontade, mas porque o momento político não dá cordel para tão largos voos. Os demais, porém, entendem que um pluralismo funcionalista (isto é, não só para inglês ver) é uma componente indispensável do processo em curso.

O caso está em que o poder não se levita. O MFA manteve o poder graças à enorme adesão nacional ao seu projecto imediato e logrou defender a coesão interna das forças armadas graças ao objectivo da paz em África. Mas, uma vez alcançada esta e à medida que o mero antifascismo vai dando lugar a valores políticos mais precisos que, por isso, implicam projectos médios, o MFA poderá entrar em levitação política. Al entra o risco da sua diluição nas forças armadas (não por identificação destas com ele, mas sim vice-versa) e do fim do seu papel político autónomo. O poder aguenta-se com largo apoio social ou com repulso. Na falta do primeiro, já não estaremos a falar do MFA.

Assim, a continuidade do MFA pressupõe a existência de um projecto político adaptado às necessidades objectivas da grande maioria nacional e um apoio social forte, constante e resoluto. Neste último intertem a necessária mediação dos partidos. Presentemente, o MFA não dispõe de força política própria, a não ser a que decorre do "discurso nuclear" que são as armas e do prestígio moral que grangeou. Podemos admitir a hipótese teórica de estar ele decidido a angariar essa força política própria. Mas, mesmo assim, o apoio dos partidos da esquerda ao seu projecto político continua a ser indispensável — até porque não se fabricam classes sociais em proveito e algumas há que estão já fortemente acantonadas na respectiva expressão partidária.

A isto acresce a necessidade de se assegurar uma vigência política plural. A prática não a sugere impossível e basta isso para a tornar desejável.

Não se trata aqui de defender a omnipotência das máquinas partidárias. Isso corresponderia a correr alegremente o risco que atrás expus. Trata-se, sim, de encontrar, para as estruturas do poder, o doseamento exacto que permita, sem contradições de maior, que funcionem a dialéctica entre os partidos e o MFA. (Digas-se, neste aspecto, que a lei eleitoral ameaça apresentar lhos que a prática deve revelar pouco adequados a um país onde o parto democrático se atreve difícil.)

De imediato, o país carecerá de um executivo relativamente abrigado das contingências do jogo de partidos. Claro que este indialismo é um factor susceptível de causar inquietação aos nossos constitucionalistas, sabido como é que estes gostam de projectar com a vocação da eternidade. Mas o peso do transitório na situação política portuguesa não se compadece com isso.

Carecemos, dizia, de um executivo forte, capaz de, com economia de tempo e de meios, reorganizar o Estado. E carecemos de um Estado forte por outros motivos. Porque é o Estado, única força que, no terreno económico, poderá ser lançada contra o poder estabelecido. Porque o jogo de

partidos, pelo menos na sua fase de necessária rolagem, tenderá a fazer estilhaços susceptíveis de afectarem a continuidade e a coerência da acção governativa. E, enfim, porque uma política externa de independência nacional — de que precisamos como de pão para a boca, se quisermos libertar-nos de algumas contingências da geografia — assim o exige.

O presidencialismo, não sendo a única forma de assegurar um executivo forte, será, talvez a de técnica mais fácil, a menos perigosa para as liberdades políticas e a menos melindrosa para exhibir para o exterior. E neste sentido que interpreto e corroboro a afirmação de Manuel de Lucena ("Expresso" de 26 de Outubro):

"Uma forma presidencialista afigura-se necessária a um revolucionário, como a forma conservadora".

Nesse mesmo artigo, muito fértil em pistas e hipóteses de trabalho, Lucena propõe um novo modelo institucional que passa pela mão do Presidente da República no primeiro. Concorde-se com o caminho encetado, parece, porém, que se estimar, pelo menos no plano institucional, a figura-chave do chefe da República com a qual não seja o consenso. O recurso ao primeiro-ministro, se o seu acolhimento (pois esse modo seria possível) não for constitucionalmente o mais adequado, não é relativamente ao Estado. Antes de mais, a função tenderá a ser fraca quando confrontada com uma assembleia. Depois, porque a vanguarda que o MFA representa, desempenhando prazo incerto, virá a ser bastante para que aquela perca todo o seu sentido, talvez não haja então as condições institucionais expeditas de que — não é igualmente válida — uma Constituição em aspecto da orgânica do poder modificar o conteúdo de uma função que concentra o grosso do poder efectivo. A demónia teve já, a seu tempo,

glória). Enfim, porque a solução em que a legitimidade do Presidente provenha de um consenso fácil entre as forças armadas, nem permite ao mundo circundante a vantagem de recusar a

Reconheça-se, no entanto, a vantagem de prolongar a chefia do Estado por uma indiscutível acção nas forças armadas em benefício ainda de uma maior vantagem perante o país. Tal vantagem talvez conseguir-se sem a necessidade de recusar o carácter electivo da chefia da República. Uma solução seria a de a Constituição marcar a data das eleições presidenciais para o termo de um mandato que coincidiria com a data de um mandato presidencial e se obtendo um crédito de confiança que duraria o mesmo tempo que o mandato presidencial, desde que, seja qual for a sua duração, já certamente ampliasse o tempo para uma transformação profunda e acelerada do país, se ao cabo de quatro ou cinco anos (ou seja qual for a duração pretendida para o mandato presidencial) o país permanecesse de atavismos, terrores e preconceitos que o impedem de reconhecer a consciência dos verdadeiros interesses nacionais, então a solução de dizer-se ou que a vanguarda fracassado ou que o seu seguimento seria inútil — em ambos os casos, nenhuma vantagem subsistiria à fórmula de um Presidente nomeado pelo MFA.

Por isso — e para a continuidade governativa — que aquela deliberação de vinte nos poderes assegurando o reconhecimento constitucional do MFA deverá situar-se a nível dos poderes, embora garantindo o seu controlo sobre as forças armadas e militarizadas e o equívoco poder de intervenção, o que nada tem a ver com a ingerência nas atribuições dos órgãos instituídos.

Mas este fruto está, por muito verde. Aguardo a oportunidade para o retomar.

Silva Vicente Jorge

Vicente Jorge Silva

O jogo das aparências

ANTES do 25 de Abril, uma palavra de ordem quase unânime dos diversos sectores que formavam a então chamada Oposição Democrática era: quem nos critica faz o jogo da reacção.

Assim foi, por exemplo, durante o "período eleitoral" de há precisamente um ano, quando o actual responsável pelo departamento de Informação da RTP, Álvaro Guerra, colocava no mesmo plano as críticas de esquerda à Oposição Democrática e as denúncias policiais do sr. Barradas de Oliveira. A natureza, a origem e o objectivo da crítica eram sempre redutíveis à expressão inquisitorial mais simples: quem não está conosco, está contra nós. E estar contra nós, é estar com o inimigo. Criticar o programa, a actuação, as tomadas de posição e o carácter de

classe da Oposição Democrática — tal como o faziam os diferentes sectores da esquerda não-reformista — queria dizer precisamente o mesmo do que chamar a Oposição Democrática de "instrumento da subversão", "agente do comunismo internacional" e outros "slogans" característicos da histeria fascista.

A lógica fascista — quem se nos opõe é comunista ou aliado do comunismo — replicava a lógica "democrática": quem nos critica faz o jogo do fascismo. O que quer dizer: uma lógica sustentava a outra, concedia-lhe o necessário suporte de legitimidade para se tornar verdade indiscutível, dogma incontestado, certeza definitiva. E a coberto disso, o monolitismo ideológico visou contrariar, à esquerda, o debate necessário e clari-

ficador das diferentes opções. Debate, discussão, análise e confronto de experiências, de perspectivas, de situações — tudo se procurava vedar em nome da sagrada "unidade anti-fascista". Discutir, debater, era invariavelmente sinónimo de dividir, sabotar, fazer o jogo do inimigo. A repressão fascista "justificava" a conspiração do silêncio entre a esquerda.

Agora, a Oposição Democrática deixou de ser Oposição. Para ser Posição. Para ser afirmativa, concordante, "positiva". Só que a concorrência partidária veio introduzir dentro deste esquema um elemento novo. Por exemplo: Álvaro Guerra é agora alvo insistente dos ataques de Mário Castrim — invocando os meros argumentos que Álvaro Guerra brandia contra a esquerda

discordante da Oposição Democrática de Outubro de 1973. O MDP deixou de ser um movimento para ser um partido. E os partidos que recriam a consciência de outro protestam. Enquanto o "outro" — os "outros" — permanecem fiéis à mesma lógica do passado: criticar, o MDP é fazer o jogo da reacção. Porquê, depois do 25 de Abril? Porquê — respondem-nos — a nossa democracia é ainda muito frágil, jovem, vulnerável, e a reacção espanta. Castrim chama paternalmente de "meus meninos" aos que não aceitam este tipo de argumentos em favor da conspiração do silêncio. E de novo a reacção — bendita reacção!... volta a ser o instrumento forjador, a inspiração da "unidade" contra ela. Uma "unidade" — silenciosa. Mas, afinal, quem faz o jogo de

quem? Na corrida ao poder, na disputa das ambições governativas, cada um puxa a brança à sardinha que mais lhe convém.

Uns à sardinha do "pluralismo". Outros à sardinha da "unidade". Uns porque são — ou recriam ser — demasiado fracos, ou minoritários, para enfrentar as forças dos outros. Estes porque temem que o debate, a discussão, a crítica, o confronto de posições, ponham a descoberto os seus calcandões de Aquiles.

Mas será por acaso que a própria direita, para parecer "legalista" e "democrática", se recria, agora febrilmente do pluralismo? Ou que "certa esquerda", para não parecer monótona, se continua a afirmar apaixonadamente "unitária"?

Pedro João

Achegas a certos aspectos políticos da "grande Informação"

COM a aproximação das eleições, o ambiente político fica cada vez mais tenso, e pode-se dizer que certos dados estão já lançados, dentro e fora da coligação ou poder. Enquanto os jovens PPDs atacam em pensamentos, palavras e obras o exclusivo social-democrático do PS (que afinal não é social-democrata!) E ambos à uma a caridade MDP-CDE-PCP inspirada em manobras semelhantes à da tática eleitoral promovida na IV República francesa), ao mesmo tempo que Cunha decerto pensa, na base da consagração da queda da ditadura do proletariado decretada no último e extraordinário congresso do seu partido, requerer a adesão à II Internacional, existe um ponto em que todos estão de acordo: a utilização maximal e em proveito próprio (inclusive se possível) dos órgãos da «Grande Informação». Mais: na consagração das conquistas (poucas) democráticas que cada qual efectuou nos dois meses.

Excepção feita ao PPD — ditada decerto por ter partido mais tarde que os seus colegas de coligação — a verba reivindicada de Informação pluralista parece pertencer, a seis meses do «25 de Abril», à época afonista da história deste país.

“Zangam-se as comadres...”

Por isso, não deixa de se afigurar normal que à mesma «República» refractária às notícias de quaisquer posições à esquerda, da coligação de que o PS faz parte, publicou (e na íntegra) que disse de «bons jornalistas» é esse! um comunicado do PS acerca da transformação do MDP-CDE-PCP noutro partido, em cujo texto figura um ataque frontal à censura partidária que grupos de militantes do PCP têm exercido em alguma medida de comunicação social contra o PS. Escusado será lembrar ao leitor da «República» que a citada transcrição figura na última página do número do sábado passado, ao passo que o assunto à que se refere — a dita metamorfose do MDP — nada mais memora do que uma chamada no rodapé da «primeira», estampada pelo noticiário sobre as eleições gregas, o acto político de Barberi Cardoso e pelas

declarações do Senhor Director a uma revista espanhola... e não seria «caixa» constatação de eventuais divergências entre os doutores Alvaro Cunha e José Tenreiro quando à Constituição?

Enfim, problemas de pacificação não fazem andar o mundo, mas essa das eleições gregas tem grande destaque quando foi dado um passo de talparência no futuro das portuguesas, faz lembrar que sectores só os há na extrema-esquerda. Ou não será?

Mas a disputa dos organismos estatais de propaganda tem revestido aspectos muito mais graves. Na Emissora Nacional e na Televisão o ambiente é tal que se tornou necessária uma ordem de serviço desaconselhando vivamente os funcionários de reproduzirem fora dos muros do Quelhas o que se passa no interior dos estúdios da maior «antena» portuguesa. Fascismo isto? Não, que ideia!

O público ouvinte fica privado, desta forma, dos relatos dos detalhes entre o PS e o PC, o que é lamentável, nem pelo em que, mesmo depois de Abril, ainda não foi recuperação do sentido de humor e em que o boato ameaça tornar-se, de novo, o meio de comunicação social por excelência...

O mesmo se diga quando à RTP em que o pobre do Alvaro Guerra é o alvo favorito do editorialista Castroir do «Diário de Lisboa», que só desanca a veia compehaine de líderes unitárias com o fim de dar cobertura, face à opinião pública, ao «chato dos PCs nos PS», a dar crédito às (mas) e fazendo o jogo da reacção, objectivamente... ver Obras Escolhidas do crítico de TV, citado linguas que psuam no meio jornalístico.

A «zanga das comadres» saída dos corredores das redacções por outra e graça do comunicado do PS acima parcialmente transcrito não é, longe disso, o factor crucial quando se trata dos meios de «Grande Informação». Só ilustram, e de forma exemplar, a intensidade do assalto dos dois partidos referidos aos tam-órgãos como um sistema da divisão reinante no sêio

da coligação. E só demonstram a sociedade que a «simplesmente informação» dos órgãos da «GRANDE» não passa afinal de, mais ou menos «manuse» nos meios e sempre idêntica a si mesma nos fins, propaganda.

Censuras e censores

Já alguém disse que a censura do regime deposto tinha sobre a actual, a inegável vantagem de ser exercida «do exterior» e, portanto ninguém servir obrigatoriamente as mandarinas da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (do SMI, na época anterior) dado que aos coronéis da Rua das Gáveas competia cortar mas nunca exigir que o jornalista X ou Y colocasse a sua pena ao serviço do Ideário fascista e colonialista, importante, sobretudo, que os enviados e editorialistas dessem as maiores garantias: uma vez dadas, iniciava-se o reino das entrelinhas.

Tudo isto vem a propósito de certos assuntos «atu», um dos quais é a paupérrima análise das conjunturas diversas da animada política deste país. Os jornais têm, salvo raríssimas excepções, um tal haver a polícia interna e respectiva interpretação, a não ser na apologetica prosa de Castroir & Cia! que não conseguem «dar uma para a caixa» quando toca a revelar o que se passou na noite de 27-28 de Setembro, por exemplo, sendo-se obrigado a aguardar entrevistas de altos responsáveis para poder dizer aos seus leitores o que, até ao «arrefecimento» do ambiente político, ficou ao segredo dos deuses.

Neste campo, o PCP foi inovador na medida em que ao «aguardar» e corta as mais explícitas ondas de uma «faz» da Rua das Gáveas, seque substituir o «ou fazes ou ou fazes o jogo da reacção», da António Serra. Dois estilos de propaganda, duas censuras... só que antigamente a esquerda entrava nos jornais porque era ela o símbolo da competência, agora é despedida a partir do momento em que persista em ser... esquerda (senham dos partidos da coligação é de esquerda.

diário para esclarecimento dos meus atentos à actualidade política). Antes, era cortada e proibida — de fora. Agora é limitada e nos casos limite despedida... de dentro.

A "Lei provisória"

Para coarçar esta manobra de autêntica campanha de cerco e atiquitamento, só faltava um instrumento legal que apareceu quando a situação na imprensa, Rádio e Televisão se tornava insuportável: foi a lei provisória de informação que priva de toda qualquer jornalista responsável por textos que a si atraíram as câmeras da comissão ad hoc.

Até ao momento, nenhum jornalista foi despedido por estas razões graças à solidariedade dos colegas de trabalho que não iam permitir o aprofundamento da margem de manobra legal deixada a vários escalões da chela e direcção das publicações atingidas por multas e suspensões. Mas existem boas razões para crer que, num verpetino dominado por elementos ligados ao PC, o primeiro despedimento do tipo referido se verifique em breve sabendo-se que já foi pedido.

(Poucas) conclusões provisórias

A audácia e a capacidade organizativa das diversas forças à conquista do controlo dos "mass-media" não marcham, porém, a par e passo. E, pelo caminho que as coisas tomam, não terá de estranhar que os nazi-fascistas, jornalistas e locutores não controlados por uma das forças políticas em presença, sejam coroados, um a um, dos órgãos de informação onde trabalham. Os métodos até agora utilizados fazem lembrar a repressão exercida sobre os trabalhadores e em nome deles próprios pelos Governos de certos países logo nos momentos dos sistemáticos actos repressivos do Governo polaco sobre os trabalhadores dos estaleiros e

fábricas de Gdansk e Gdynia) certos que se dizem socialistas tendo gerado uma crise que levou a várias substituições na hierarquia do Estado e do Partido.

A uma prática socialista em palavras e fascista em actos chama-se social-fascista, por muito que se reúna a certas sectores a violência da expressão, que só encontra paralelo na utilidade sempre que possível pelos que assim são caracterizados. A resistência à censura na Grande Informação tem sido levada a cabo por muitos sinceros anti-fascistas, democratas e patriotas se bem que de forma ainda marcada pela espontaneidade derivada, em parte, da surpresa; mas o inimigo principal do momento começa a ser identificado.

e a sua recente ofensiva no interior da República demonstra que não conhece limites a capacidade social-fascista. A divisão de esferas de influência no seio dos aparelhos de propaganda não é reconhecida pelo PCP, e este ataque em forma de propósito da polémica versando o tema "MDP-CDE" demonstra o com clareza. Os restantes membros da coligação estão atentos e é de esperar que tomem medidas no sentido de obstar ao avanço aludido. Mas a capacidade organizativa de que dispõem não é suficiente para pôr em causa o poder já capitalizado e muito menos o assalto em curso.

Ficou por abordar a tolerância da comissão ad hoc face às agressões ideológicas dos meios mais reacçãoários para cuja repressão foi criada; mas isto não contém largos, se não se quiser focar por agora, se bem que esteja por fazer o levantamento geral do fascismo na imprensa, desde certos noticiários de polícia até à actividade de muitas febreças parciais.

É urgente a adopção de medidas, por parte de um largo sector de jornalistas que nunca venderam a caneta, a fascismo e colonialismo, democratas que, independentemente de filiação partidária, desejam pôr um dique à actual ofensiva.

Alves, Vítor

Visão de Vítor Alves em Bona: Passagem total de poderes aos

...ERA vista devíamos
...gem do ministro Vítor
...da sua comitiva à
...Federal Alemã apenas
...de vista económico,
...mas mais atenção do que se
...últimos dias na cidade
...de pode ser descuido
...nem o profundo
...político que tiveram to-
...mas a nível oficial e
...várias entrevistas,
...de Imprensa, etc. A
...opção pública alemã
...alguns governantes
...cumpio, o ministro fe-
...negócios estrangeiros,
...indústria liberal e
...do FDP) não es-
...pressão pela si-
...lítica portuguesa,
...masmo alguns o
...de no nosso país
...queve um regime
...do, pelo menos,
...do, e o facto das
...que fizeram o 25



de Abril estejam no governo e
...trem um programa a cumprir, é
...qualquer coisa que surpreenda e
...confunde o alemão comum.

Num breve "meeting" com
...alguns jornalistas, que teve lugar
...na tarde de quarta-feira, depois da
...recepção oferecida pela embaixada
...portuguesa em Bona ao major Ví-
...tor Alves e comitiva, um repórter
...da maior estação de rádio da RFA,
...sum tom que oscilava entre a
...ironia e a desconfiança, massacróu
...o ministro português com insis-
...tentes perguntas sobre o que era

isso de "democracia imposta por
...militares", lembremos que este po-
...vo não tem das Forças Armadas
...alemãs, forçosamente, uma grata
...recordação: Dominando per-
...feitamente a situação, a pergunta e
...a desconfiança, Vítor Alves come-
...çou por esclarecer que "um mili-
...tar, antes de o ser, era um civil".
...Perguntado depois porque não
...havião os militares portugueses de
...ser democratas, Vítor Alves
...acrescentou: "o programa do M. F.
...A. não pode ser visto como um
...programa militarista, mas acima
...de tudo como algo democra-
...ticamente elaborado por democra-
...tas, que recebem por toda a parte
...um enorme eco. Quero acres-
...centar, porque sei que há dúvidas
...quanto a isso, que não vivemos em
...regime militar. O que se passa no
...nosso país não tem nada a ver com
...os regimes vigentes na Etiópia ou
...no Perù. Em Portugal os militares
...apelaram para os civis, para que
...estes comesçassem a guiar o País.

civis em Setembro de 1975

Portanto, quando me pergunta que lugar têm neste regime os jovens economistas portugueses, eu dir-lhe-ei que eles são filhos da desconfiança e da sua política económica de acordo com os desejos do povo português.

“Quer o Mundo queira quer não”

Referido-se depois ao facto de haver várias militares no governo, o ministro exclamou os presentes dizendo: “Houve uma altura em que tivemos problemas com a nossa democracia nascente. Isto não é desconhecido para ninguém, e se aconteceu muita gente, é porque as pessoas não estão ainda habituadas a estas coisas. Porque os militares tinham feito o 25 de Abril, foi considerado necessário que alguns deles se juntassem ao civis no governo, para dar à Nação uma imagem de união entre as

Forças Armadas e a restante parte da população, em ordem a que a confiança perdida após a queda do “democrata” demorasse a voltar a ter consequências que pudessem pôr em perigo a instauração da futura democracia. Mas o que posso é garantir que, logo que a situação democrática o aconselhar, dar-se-á a transmissão total de poderes aos civis. Quando? Esperamos que isso aconteça em Setembro de 75 quando das eleições para o Parlamento, visto que em branco terão apenas para uma Assembleia Constituinte. Só depois da promulgação da Constituição ficará definida a nova forma de governo português”. E a terminar exclamou: “Quer o Mundo queira quer não, o que acontece neste momento em Portugal é uma revolução democrática feita pelas Forças Armadas”.

Reforçando esta ideia, foi o próprio ministro quem concluiu “que a sua vinda, aqui, de-

veria ser, antes de mais, encarada por mim, primeira política, provavelmente por saber que antes de serem excluídos certos factos, e dissipadas algumas dúvidas, não seria justificável, sequer, pensar-se em abandonar o resto das Forças de segurança. Mas, apesar dos esforços da minha esclarecedora do major Vítor Alves, a imprensa de quinta-feira era dominada por uma atmosfera de certo pessimismo. A esse respeito podemos: ao Dr. Diágitis, Director dos Assuntos Internos do SPD (o principal partido no governo) que nos deu a sua opinião sobre se “considerava” ou não exagerado, ou mesmo alarmista, este tom? “Pensar — afirmou o dr. Diágitis — que não se pode à vira força querer fotografar uma determinada realidade. A imprensa aqui a meu ver, precipita-se nestes julgamentos. Gostaria que os jornalistas alemães fossem ver com

Vitor Alves em Alemanha e em França

Vieira de Almeida sugere financiamentos

(continuação de pág. 1)

os seus próprios olhos a realidade portuguesa como eu tive ocasião de ver há bem pouco tempo. No que diz respeito ao meu partido, uma vez que não devo falar em nome do Governo, tenho a maior confiança no MFA, eis porque me o maior crédito, e confio plenamente que o seu maior objectivo é, na verdade, prosseguir o processo de democratização." É prosseguido: "Falei com o ministro Vitor Alves e trocámos pontos de vista sobre a necessidade duma cooperação clara e próxima entre a RFA e Portugal. É claro que compete ao governo português elaborar os detalhes dessa cooperação mas eu sei, quando o SPD está verdadeiramente empenhado na efectivação rápida duma cooperação entre os dois Estados. Estou consciente de que o vosso grande problema é o de reconstruir toda uma economia. E encontrar as soluções concretas para os problemas sociais. Estou certo que o meu governo vai colaborar nesse sentido. E, em seguida, vejo que, só depois de concretizada a democracia portuguesa é que as pessoas descobrem o seu caminho. Se listamos ambos para a criação duma sociedade justa, e isso para mim é o que conta acima de tudo, competirá aos portugueses, com os seus meios e nas suas estruturas, encontrar a via para essa sociedade mais justa. É necessário adaptar as realizações duma ideia à realidade de um país, e tentar não misturar as duas coisas".

"Vontade do nosso Governo em ajudar Portugal"

Quase a mesma opinião, nos confitaria igualmente um dos directores do gabinete de imprensa e informação do governo federal: "Claro que não será fácil a transição de um regime de ditadura para uma democracia. E por isso mesmo o meu governo, está preparado para ajudar Portugal no campo económico, embora consciente das dificuldades que representará a infiltração dos comunistas e seus "supporters" em Portugal, neste momento. Mas não se deve pôr grande ênfase neste nosso recuo. O que queremos salientar é, pelo contrário, a cordialidade e a simpatia vividas nas duas partes ao

longo dos encontros realizados e as conclusões que podemos daí tirar: a vontade do nosso governo em ajudar Portugal. Por exemplo, no que se refere ao facto de Portugal querer ser membro da CEE (Mercado Comum) e de querer, portanto, modificar a sua posição al. Este parece-me ser um dos camalhões de real ajuda que a Alemanha pode dar agora a Portugal. O ministro Vitor Alves não nos trouxe uma visão militarista dos assuntos. Tem um grande conhecimento dos problemas que o preocupam e vê-se que sabe do que fala."

Da reserva à cordialidade

Foi, portanto, assim, num clima onde curiosamente se instalavam diferentes correntes de opinião e pontos de vista que, por vezes, não coincidiam, que começou a emergir a verdadeira face dum país novo em estado de "pré-democratização" como o classifica o ministro português. Deve salientar-se que para isso terá contribuído não só a imagem que o major Vitor Alves deu do MFA, como a maneira franca e directa do que sempre abordeou todo e qualquer problema relativo aos assuntos da política interna nacional, não se esquivando nunca a qualquer tipo de respostas. Pode, pois, dizer-se, já sem perigo de exagero, que esta viagem à RFA ultrapassou o seu estatuto de acointecimento para se transformar num triunfo. E isto porque é medida que se iam sucedendo os encontros com os vários governantes alemães, mais reforçada pela certeza de que o nosso país caminha por uma via que, embora titubeante e irregular, será finalmente a da construção de uma democracia plena. O facto não de resto, muitas vezes salientado por Vitor Alves) e que nos pareceu completamente aceite pelas autoridades governamentais alemãs, visivelmente satisfaitas com as informações ou esclarecimentos que iam recebendo.

Pode dizer-se que se viveu uma fase inicial de expectativa, reforçada por uma certa reserva ou, mesmo, por uma atitude prudente por parte da imprensa, seguindo-se um período de grande abertura e cordialidade.

"Informação prévia indispensável"

Sobre os resultados finais e práticos desta sua missão, disse-nos o major Vitor Alves: "Acho que o facto de termos sido recebidos pelo chancelier Helmut Schmidt e ainda pelos ministros federais da Defesa, da Cooperação Económica e dos Negócios Estrangeiros, leva-nos a supor que esta missão era bem-vinda. Concretamente, quanto ao chancelier Schmidt, direi que nos parámos muito bem informado, sobre nós e o nosso País, revelando assim não só o seu interesse, como uma predisposição atida para cooperar com Portugal. Inuito que não pode deixar de ser significativo a completa informação que tinham sobre os nossos problemas e as nossas realidades. Isto mostra, apenas que, sem ter em vista ajudar e cooperar a informação prévia torna-se indispensável. Foi isso que aconteceu. Com ele abordei dois temas: Um, mais global, focando a inserção de Portugal na Europa, e outro onde foram descritos os principais aspectos da nossa situação económica. Para além disso, dei-lhe conta das principais tarefas do Governo Provisório Português. Como não podemos esquecer que ele é primeiro-ministro dum país membro do Mercado Comum, devo dizer que a conversa assumiu uma importância assinalável no que se refere à vontade que o chancelier mostrou em colaborar com Portugal".

Parceu-me, além disso, uma pessoa objectiva e directa, capaz de seleccionar devidamente as questões. Foi por sua iniciativa própria que aranzou certos esquemas e sugestões, no âmbito de um auxílio futuro.

Sobretudo a entrevista que teve com o ministro da Cooperação Económica da R.F.A., Vitor Alves declarou ao EXPRESSO que esse encontro excederá todas as suas expectativas. Por outro lado, apesar da compreensão reservada que o chancelier português manifestou, conseqüências apesar que na entrevista com o ministro da Defesa alemão, rodeada de grande sardade, foram debatidas lições novas de recuperação do exército português, além de questões relativas à NATO. A este respeito, Vitor Alves negou ao EXPRESSO o fundamento das

germânicos

verões segundo as quais a reunião prevista para Roma do grupo de planeamento nuclear da NATO teria sido adiada por causa da participação portuguesa. «Tenho em meu poder—confiou nos Vítor Alves—um telegrama que recebi de Bruxelas, explicando que a reunião fora adiada por razões meramente burocráticas, e não devido ao facto de o governo português contar com um ministro comunista».

Contactos com banqueiros e industriais

Enquanto Vítor Alves se encarregou, sobretudo, das missões de carácter «diplomático», o secretário de Estado do Planeamento Económico, Vítor Constâncio, e o embaixador itinerante, Vieira de Almeida, chamaram a si os contactos de carácter económico e financeiro.

Considerando como «dracasticamente animadores e satisfatórios» os resultados das conversações que manteve com altos responsáveis governamentais da R.F.A., Vítor Constâncio, apesar da acentuada reserva das suas declarações, adiantou ao EXPRESSO que os encontros a que estiver presente haviam sido marcados, em parte, pela discussão das pretensões portuguesas a apresentar em breve ao âmbito do Mercado Comum. Supõe-se, acrescenta, que entre os vários planos apresentados por Vítor Constâncio ao governo alemão se incluem o caminho de ferro para Sines, contratos com a CP e o plano de irrigação a partir do rio Tejo.

Quanto a Vieira de Almeida, que conferenciou com representantes da Banca e da indústria alemãs, apresentou aos seus interlocutores sugestões para financiamento das empresas portuguesas, uma vez que havia falta de liquidez no nosso mercado. O embaixador itinerante português confiou-nos, todavia, ter constatado «um certo descontentamento e alguma desconfiança» por parte dos financeiros e industriais da R.F.A., sobretudo no que se refere a dificuldades na transferência de lucros, na importação de capitais e obstáculos admini-

strativos de várias ordens, além do estado actual da organização alfandegária.

Garantias aos Industriais

Por outro lado, Vieira de Almeida referiu ao EXPRESSO as garantias concedidas aos investidores estrangeiros pelo governo português colocando-os ao abrigo de «discriminações e arbitrariedades», mas respeitando uma estratégia de prioridades no sentido de fazer convergir os investimentos para as indústrias com larga capacidade de postos de trabalho, que germinam o progresso tecnológico do próprio país, e o incremento das exportações, e que produzam a maior percentagem possível de valor acrescentado a Portugal.

Encontro de Vítor Alves com emigrantes portugueses

No encontro que o ministro Vítor Alves efectuou com cerca de 400 portugueses residentes na R.F.A., foram pontos quentes o problema do voto dos emigrantes—nesse caso, se confessaram «vítimas de discriminação»; o saneamento nos organismos consulares, em fase ainda atrasada; o problema dos jovens refractários e o da educação das crianças portuguesas na Alemanha.

Curiosidade francesa recai na situação económica

GRANDE CURIOSIDADE e interesse nos meios políticos e informativos animalam a estadia da delegação portuguesa, chefiada pelo ministro Vitor Alves, em Paris. Os pontos fundamentais da actualidade política no nosso país têm proporcionado uma verdadeira avalanche de dúvidas e interrogações entre jornalistas e representantes do governo francês, a que os membros da missão portuguesa têm procurado responder com a maior convicção.

Por outro lado, a delegação chefiada por Vitor Alves assistiu-se também com banquetes e indústrias francesas, num encontro em que, segundo Vieira de Almeida, se teria tratado apenas de esclarecer ideias quanto à nossa evolução económica a curto prazo e sobre a definição da política económica a desenvolver pelo governo provisório português.

No encontro de ontem com o primeiro-ministro francês, Jacques Chirac teria manifestado grande interesse—segundo declarações de Vitor Alves ao EXPRESSO—em colaborar com Portugal. Problemas relativos à colónia portuguesa residente em França foram também abordados no encontro.

Entretanto, o ministro dos Estrangeiros francês, Sauvagnargues, inquiriu a delegação portuguesa nomeadamente sobre a atitude do nosso país em relação à Europa e a respeito da descolonização. Neste capítulo, Sauvagnargues procurou saber quais iriam ser as relações futuras de Portugal com as ex-colónias. O caso concreto de Angola parece ter despertado especial interesse por parte do ministro francês.

Curiosidade

Na conferência de imprensa de ontem, a que compareceram representantes da maior parte dos principais órgãos de informação franceses, o tema que maior interesse e curiosidade despertou foi a situação económica portuguesa antes e depois de 25 de Abril. Vieira de Almeida, respondendo às perguntas dos jornalistas a este respeito, esclareceu que os difíceis problemas experimentados derivam largamente da herança do fascismo, em que predominava uma grande corrupção e desorganização no sector económico. Para além desse factor—esclareceu Vieira de Almeida—, Portugal conta agora com os problemas relativos ao desemprego, provocados, por um lado, pelo afluxo de militares que regressam das ex-colónias, e, por outro, pela renovação na actividade económica dos países europeus. A situação esta que se reflectirá no volume total de emigrantes que esses países poderão absorver. Vieira de Almeida delimitou-se ainda sobre o tema da solidez da balança de pagamentos portuguesa, perante o fascismo, apontando os artificios com que era fabricado.

Conversa com emigrantes

Hoje, além de uma conferência de imprensa com os jornalistas portugueses radicados em Paris, a missão chefiada por Vitor Alves irá encontrar-se com emigrantes do nosso país num local dos arredores da capital francesa.

TENGARRINHA, José

José Tengarrinha ao EXPRESSO



«PARTIDO DO POVO É A DESIGNAÇÃO QUE MELHOR TRADUZ O OBJECTIVO FUNDAMENTAL DO MDP»

EM UM PARTIDO, o MDP aparece na cena política portuguesa, transformação de um movimento de luta antifascista com largas e arraigadas tradições em Portugal. A transplantação em partido não foi surpresa e foi aprovada em Plenário Nacional de Delegados, que se realizou, simultaneamente, com as Jornadas Democráticas. 850 votos a favor com três contra e duas abstenções. O facto causou uma e despertou críticas acerbas nos meios dos P. P. D. e do P. S. EXPRESSO, na sequência das entrevistas que vem fazendo aos líderes dos partidos, ouviu José Manuel Tengarrinha. Não que José Manuel Tengarrinha seja o secretário-geral do novo partido. Como ele próprio nos diz em entrevista, o MDP vai ser dirigido colegialmente, não tendo, por conseguinte, nos seus quadros, a figura clássica do secretário-geral. Mas José Manuel Tengarrinha fará certamente parte desse colégio ou comité, sendo como é um dos principais mentores e animadores da batalha que há muito vem travando o MDP. O que é o MDP, agora enquanto partido, qual o seu conteúdo ideológico, quais as suas intenções ao aparecer com o novo figurino na política portuguesa, são perguntas a que José Tengarrinha responde, tratando-se inclusivamente aos pareceres que criticaram a sua existência.

Encontramos José Tengarrinha na Biblioteca Nacional, na Sala de Leitura, às voltas com um manuscrito de Sá de Miranda por ele encontrado e que, em breve, verá a luz da publicidade com enquadramento a propósito e comentários críticos. Antes mesmo da tese de doutoramento a apresentar na Sorbonne. A nossa entrevista pretendeu funcionar como primeira radiografia do MDP enquanto quadro no mundo português em evolução política profunda e rápida. Uma evolução que escapa, mesmo, por vezes, aos próprios intervenientes mais directos que são puzados pelas premissas que foram ou em que se envolveram para ulteriores conclusões que mais não são que novas premissas. O MDP surge, assim, tablado político, sem uma ideologia definida em contornos precisos, sendo às nas suas intenções uma frente nacional ampla rumo (embora meta longínqua) a uma democracia socialista. Sem as especificidades dos outros partidos, interessa-lhe fundamentalmente a luta antifascista em prol das classes menos favorecidas, tendo como meta o supremo interesse popular. Para isso acenará em organizações regionais como base, espécie de células de comité que farão sentir o seu peso nas decisões de cúpula.

O mais importante a assinalar será que, quanto à intencionalidade, o MDP como que se confunde com a teoria política do MFA. Ao ouvir descrever a sua interioridade ficamos com a impressão de que é uma espécie de partido anti-partido, uma espécie de pedagogia para a democracia popular, atendendo às circunstâncias aqui e agora.

Quem tenha seguido de perto uma das poucas sessões de esclarecimento levadas a cabo pelas Forças Armadas, como aconteceu connosco, há dias, na Escola Nuno Gonçalves, em Lisboa, imediatamente percebe da aderência do MFA às massas populares, disposto a defendê-las "contra o capitalismo opressivo que julga seu direito o viver da exploração alheia".

"Não o consentiremos", foi ali repetido. Fascismo e capitalismo metem-se, com frequência, no mesmo saco, despontando cada vez menos timidamente o sentido de um nacionalismo que faz pensar em Portugal que hoje apenas em categorias políticas europeias. Atende-se que os militares, o núcleo do original processo democrático português, forjaram-se para a política mais em contacto com a África que com a Europa. Por outro lado, sente-se cada vez com mais intensidade, nos meios das Forças Armadas, que Portugal só poderá continuar com a sua vocação histórica se ligado à África. Voltar às raízes e mesmo às raízes, onde vamos encontrar também os árabes, sem as veleidades da superpotência americana, superpotência que fará de nós um Luxemburgo gordo, sem outra ambição que não seja o ser dois bifés em vez de um.

Mas voltemos ao MDP e ouçamos o que nos diz José Manuel Tengarrinha, que julgamos sobremaneira útil para a compreensão do Portugal político de amanhã.

A. de C.

a base de uma autonomia regional

PRESSO — Vai o M.D.P. organizar-se, na sua estrutura interna, a nível de quadros, como os outros partidos, com secretário-geral, etc?

JOSE TENGARRINHA — Compreende que esses problemas estão em discussão. Dadas as características do funcionamento democrático que o nosso partido tem, na continuidade do Movimento Democrático, as decisões principais serão tomadas depois de devidamente auscultadas as comissões de base, depois de ter sido feita uma discussão a todos os níveis do movimento. Pois que há muito pouco tempo foi resolvida a transformação em partido e não que a discussão de todos os problemas de organização tenha se prolongará até ao fim da discussão que se processará de acordo com as nossas tradições nas eleições de todo o regime. Poderei, no futuro, avançar-lhe algumas ideias mais, que tanto quanto sei estou certo que correspondem à opinião sobre as características do movimento conservar-se-ão na linha do Movimento Democrático, isto é, autonomia distrital (de acordo com as características específicas de cada distrito) propriedade que sempre foi do Movimento, de cunho evidentemente regional, que queremos conservar e incentivar. Queremos que a organização e a actuação do Partido resultem da iniciativa da base e que todo o movimento interfira convenientemente nas discussões locais, sempre que a urgência ou que os assuntos têm que ser tratados o permita. Será todo o movimento a dar a sua opinião e, por outro lado, ao nível dos órgãos directivos creio não fugir muito às ideias a que iremos chegar, se lhe parecer que será uma direcção de carácter colegial. Haverá, digamos, uma comissão central que será eleita de acordo, de resto, com a exigência legal. Será eleita no órgão superior do Movimento e que arranjará entre si a forma de as decisões serem rapidamente tomadas. E, de resto, uma característica do Movimento que

sempre tem mantido: a de conciliar a sua profunda democraticidade com a rapidez de decisão. E nunca uma prejudicar a outra. Tem isto acontecido em todos os momentos importantes em que o MDP tem intervenido.

Sociedade amplamente democrática

EXPRESSO - Quería por-lhe a pergunta cuja resposta seria o mais sintética: qual a definição que o senhor daria de si mesmo? Isto que todos os partidos se têm num determinado frente, pretendendo fazer sair a política numa determinada direcção de acordo com as suas visões do mundo, qual é a realidade política-social.

JOSÉ TENGARRINHA — O que dentro de características que se apresenta, actuando no espaço político que lhe é dado, que dificilmente será mudado por qualquer outra sociedade democrática, define-se sempre com características mais santas em algumas metas e objectivos como em todos os meios para os atingir. Nesse sentido posso dizer que o objectivo fundamental da política é a construção de uma sociedade amplamente

democrática. Esta faceta que é como que um lema do MDP, traduz-se numa sociedade que poderá definir-se, embora esse seja o nosso objectivo longínquo como uma democracia socialista e que, portanto, se traduz, na organização do estado, pela existência, na sua base, de organizações de massas que devidamente institucionalizadas possam constituir órgãos de decisão dos cidadãos em diversos níveis e sectores sobre os assuntos principais de resolução política. Isto é, os maradores, os sindicatos, os pequenos agricultores, os simples usuários da sociedade em qualquer sector, os compradores, o público em geral que encontra a maneira mais eficaz e mais racional de se unir em organizações de massas que não tenham apenas carácter consultivo, mas tenham uma influência deliberativa sobre as linhas principais da decisão política. Por exemplo, deliberados que, neste caso, em que estamos a trabalhar intensamente, a Liga dos Pequenos

Agricultores, que é neste momento um dos nossos objectivos centrais e que já está a dar em todo o país os seus frutos...

EXPRESSO — Pequenos agricultores são aqueles pequenos empresários agrícolas que possuem um, dois, três ou quatro hectares de terreno?

JOSÉ TENGARRINHA — Exactamente. Pois nós estamos a trabalhar neste domínio, tanto na Liga dos Pequenos Agricultores, como a fortalecer, a influenciar o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, dos assalariados rurais. Pensamos deste modo, que o Sindicato dos Assalariados Rurais e a Liga dos Pequenos Agricultores não podem deixar de ser ouvidos para decisões que venham a ser tomadas a nível governamental sobre problemas da agricultura. Assim nós entendemos o estado amplamente democrático: a exigência da participação de organizações de massas nas decisões que no seu sector venham a tomar-se.

Uma frente ou união popular

EXPRESSO — Poderíamos dizer que o MDP é, na sua natureza íntima, uma espécie de frente popular, sem dar a esta expressão «frente popular» o sentido que se lhe costuma atribuir ou seja, como aconteceu em França, a união entre o PS e o PC para a disputa das eleições?

JOSE TENGARRINHA — Exactamente. No fundo uma organização popular de massas que tenha a capacidade de intervenção nas decisões políticas. Isto é original de facto e ainda não está plenamente realizado em nenhum país do mundo.

EXPRESSO — Podemos dizer, por conseguinte, que o MDP não possui uma linha ideológica com a rigidez típica dos outros partidos?

JOSE TENGARRINHA — Nós consideramos como fundamental a construção de uma sociedade amplamente democrática. O que pensamos é que as distintas ideologias pesam menos do que a necessidade de alcançar estes objectivos comuns, e que temos, portanto, como nossa preocupação fundamental o reunir as massas populares da forma organizativa que já expus, em torno da luta para a conquista dos seus objectivos e que possam fazer prevalecer as linhas que lhes pareciam mais justas, de acordo com os interesses populares. Situando-nos, neste plano, vê-se como acabam por ter para nós um papel tão predominante, são preponderante direi melhor, as organizações e as linhas partidárias, mas fundamentalmente as organizações,ões de massas reunindo as pessoas em

torno de objectivos comuns. Pode haver, portanto, pessoas de tendências diferentes, convergindo todas elas, no entanto, nos mesmos objectivos.

EXPRESSO — Para explicar melhor: o que queria perguntar resulta da situação de cada um dos partidos em concreto com os seus respectivos conteúdos ideológicos, ultrapassados os quais não faz sentido que a pessoa continue a pertencer a esse partido. Sei lá, se, por exemplo, um militante do PPD defendesse a abolição da propriedade privada das fontes de produção, logicamente ultrapassaria os limites deste partido. Pelo que acabou de dizer, parece não se verificar uma tal rigidez no MDP.

JOSE TENGARRINHA — A exigência que fazemos é que as pessoas estejam de acordo em lutar em comum pelos objectivos já expostos, dentro dum sentido amplamente democrático para tentar construir uma sociedade que, tenha características de acordo com os interesses populares. Daí a razão pela qual nós temos, digamos assim, como lema do nosso partido, o partido do povo. Partido do povo é precisamente para nós aquela designação que melhor traduz o nosso objectivo fundamental de nos esforçarmos por conseguir uma verdadeira unidade popular. Quero dizer-lhe ainda que, quanto a nós, é esta uma característica fundamental que perfeitamente se ajusta às propriedades originais da nossa situação actual e igualmente às características tradicionais do



Movimento Democrático. Felizmente se ajusta às propriedades originais da nossa situação actual e igualmente às características tradicionais do Movimento Democrático.

Isto é, ao longo dos muitos anos de fascismo, o povo português criou uma profunda, uma radical consciência de que deveria unir-se estreitamente, cooperar impopulado económica, política e contra a opressão social. Esta é uma herança importantíssima que nos deixam o fascismo e que é original no nosso país, porque nenhum outro, como o nosso, o viveu tantos anos e, ao mesmo tempo, teve de lutar em frentes unidas contra ele. Nesse sentido o que é mais importante que tudo é que, para além das divisões políticas e partidárias (não as desprezando de maneira nenhuma, pois consideramos importantes as opções partidárias) há um trabalho importante a desenvolver ao sentido de ampliar e concretizar essa consciência popular de unidade na luta por objectivos fundamentais, na construção de uma sociedade amplamente democrática.

O MFA à paisana

EXPRESSO — Por aquilo que tenho observado, parece-me poder afirmar que as vossas linhas programáticas coincidem na totalidade com as intenções do MFA. No fundo é um desenvolvimento, uma ampliação do Programa do MFA, enquanto cada um dos outros partidos, sem ir contra o Programa do MFA, desenvolve apenas aspectos específicos que nele cabem e não o contrariam. Não sei se me conseguí explicar: quero dizer que o vosso partido abrangeria todo o conjunto numa espécie de ângulo de abertura. Adopta-o, alargando-o.

JOSÉ TENGARRINHA — É isso exactamente. A nossa proximidade com o MFA é nisso igualmente grande e, como sabe, só por brincadeira, se costuma dizer, mas com algum sentido e com significado, que o MDP é o MFA à paisana. E em certa medida é assim, porque ambos prosseguimos objectivos largos de ampla unidade popular. As vossas linhas fundamentais, do ponto de vista programático, são inspiradas nas linhas do MFA. E é nessa interpretação e na adequação à evolução das circunstâncias e à necessidade de fazermos do Programa do MFA um instrumento activo de transformação do país, que nós fundamentalmente nos baseamos.

José Tengarrinha ao EXPRESSO

«O MFA NÃO DEVE ESTAR AFASTADO DE NENHUM CENTRO DE DECISÃO POLÍTICA IMPORTANTE DESTES PAÍS»

Críticas do P.P.D. e do P.S.

Continuação aág. 17

EXPRESSO — Tem alguns comentários a fazer aos ressumentos do PPD e do PS pelo facto da nossa transformação em partido?

JOSÉ TENGARRINHA — Em primeiro lugar, surpreendem-me por duas razões: a primeira surpresa é que os dois partidos tiveram, em grande parte, na origem da disposição da Lei Eleitoral que impede a participação de organizações que não sejam partidos. Porque seria quase evidente que eles estavam com isso a fabricar um novo partido. E era-o na medida em que afastando-nos a lei, não apenas das eleições para a Câmara Constituinte e para a Assembleia Nacional, mas até das próprias eleições das assembleias locais, onde nós desempenhamos e continuamos a desempenhar um papel tão importante em todo o país, seria de todo evidente que nos estariam a encorajar para constituirmos um partido. Se eles se esforçaram por estabelecer essa disposição legal era concreta admitindo que a nossa reacção fosse ota.

No segundo lugar, me surpreende a imaturidade política que revelaram com esta reacção. As forças democráticas ficaram muito entusiasmadas se essas organizações tivessem demonstrado uma maior maturidade, maior serenidade. A sua impaciência, a irrealismo, a imoderação e a irresponsabilidade de muitas dessas



“O MDP é fundamentalmente uma organização popular de massas com capacidade para intervir nas decisões políticas”

atitudes tomadas não são nada vantajosas para o fortalecimento das forças democráticas.

Lamentamos, por isso, e igualmente nos confessamos surpreendidos,

pois dificilmente superaríamos que organizações que deviam ter responsáveis tivessem tais atitudes e a tal nível de argumentos, que nós estaríamos habituados a ver

utilizados antes do 25 de Abril, argumentos em que hoje cada vez menos as pessoas acreditam e constituem os mais primários e mais grosseiros a que o próprio fascismo nos habituou.

A participação do MFA na Câmara Constituinte

EXPRESSO — Talvez seja prematuro fazer esta pergunta mas ainda, assim mesmo, eu atrevo-me a fazê-la: o MDP já tomou partido quanto a uma eventual participação do MFA na Câmara Constituinte?

JOSÉ TENGARRINHA — O MDP, tanto quanto aos concluímos até agora, perfilha as decisões tomadas nas Jornadas Democráticas de pensar que seria vantajoso para a Câmara Constituinte e para o fortalecimento das organizações democráticas, a participação do MFA na Câmara.

Não a sua disposição, mas a sua participação com um número de lugares a determinar.

De qualquer modo a sua participação parece-me importante, porque o MFA, quanto a nós, não deve estar afastado de nenhum centro de decisão política importante deste país.

Sendo a Câmara Constituinte um dos mais importantes que vão operar em Portugal, parece-me que é de justo direito e que ninguém poderá de modo nenhum contestar o direito de o MFA, de qualquer modo, estar presente no plano de decisão.

Hipotecado o Partido Comunista

EXPRESSO — Mais uma pergunta que será a última e a que certamente já respondeu muitas vezes: refiro-me à tão falada hipoteca que sobre o MDP detém o Partido Comunista?

JOSE TENGARRINHA — É uma pergunta a que respondo, sem deixar de sentir, assim como o meu amigo está a sentir, porque a verdade é esta: tendo sido, vários dias, entrevistado por vários jornalistas e a bem sintomático da seriedade que nos acusações tem o facto de os jornalistas nos fazerem esta pergunta a sorrir-se.

Há aqui uma confusão premeditada, em diversos pontos. Todos nós sabemos a papel importante que o Partido Comunista teve no desenvolvimento da luta democrática e anti-fascista no nosso país. Todos nós sabemos que, durante muitos anos, a única força política verdadeiramente organizada no nosso país e com implantação nos diversos sectores da população. Sabemos pelos documentos que conhecemos do PC, anteriores ao 25 de Abril, a importância que dava à luta democrática e à formação de uma frente anti-fascista no nosso país, que profunda influência teria exercido no próprio 25 de Abril. Seria, por conseguinte, um dos estimulantes do movimento democrático feita e designadamente pelo MDP.

Após o 25 de Abril o PC outras organizações igualmente apoiaram a movimentação democrática. Outras organizações não direi bem, mas sim outras tendências. Simplemente estas tendências não estavam organizadas em partidos e é natural, portanto, que o PC, como mais forte, tenha sido aquele que mais rapidamente se aliou ao Movimento Democrático. Quando digo aqui não digo que o Partido Comunista quisera dominar o Movimento Democrático. Nunca, creio eu, houve dentro do MDP qualquer acusação dessa natureza. De resto, verifica-se que os próprios socialistas que saíram muito recentemente do MDP e que desde [1973] tinham sido viáveis a participar eativamente na preparação da última campanha eleitoral e também antes essas pessoas de quem se é creio todos os seus compatriotas guardamos agradáveis recordações, pela forma leal e íntegra como trabalharam, ostentando um bom exemplo de convívio e colaboração

democrática fossem semelhantes tensões).

O Movimento, com saber, não era possuído por representantes de partidos. As pessoas encontravam-se nele tal como antes do 25 de Abril, a nível individual. E se assim pensávamos, antes do 25 de Abril, não era apenas por razões de segurança, pelo facto de as pessoas não poderem estar a denunciar as suas tendências políticas, mas também, igualmente, porque pensamos que se as pessoas comessem a denunciar as suas tendências políticas não começaria a criar divisões, maços choques e passionalmente quebriaria aquele sentido fundamental de unidade que tentávamos imprimir à nossa luta. Dado que nós não tinhamos qualquer identificação partidária ou de tendência política dentro do Movimento, e assim continuamos depois do 25 de Abril, é difícil que lhe diga que os membros do PC estão dentro do MDP. É impossível que alguém diga sequer que dentro dos seus órgãos dirigentes eles são maioritários. Porque ninguém sabe. Havia uma única organização com capacidade e autoridade para a fazer e essa foi existiu no 25 de Abril. O que nós consideramos e que existem várias tendências que não reconheceram nas discussões que entre nós fazemos, nos debates, no trabalho franco e leal que entre nós desenvolvemos, imediatas essas que nós não pretendemos fazer entrar em choque. Antes pelo contrário. Presentemente o MDP consultou-se em partido. Tem uma câmara nos seus estatutos, que será apreciada com toda a certeza, que é impossível que qualquer desses amigos socialistas que trabalharam conosco tenham, alguma vez, a fazer qualquer afirmação de que se sentiram obrigados ou dominados pelo Partido Comunista. Nunca o fizeram, porque nunca se sentiram nem nos inimigos. As nossas decisões foram sempre tomadas procurando uma base de acordo, tentando encontrar uma unanimidade, fora de quaisquer majoritismos. Ninguém que verdadeiramente tenha trabalhado no Movimento Democrático pode dizer que tenha sido de outra forma que não esta. Assim é que os próprios membros do Partido Socialista, alguns deles já destacados, que trabalharam conosco, podem fazer declarações de várias naturezas, mas

essa nunca a fizeram nem poderão fazer.

Um dia que alguém poderá pertencer ao MDP, pertencendo a outros partidos. Portanto, não pode haver hipotecação. O que nós queremos é que as pessoas tenham inteira liberdade de opção, sem as pretendidas influências de qualquer maneira. Nesse sentido, nós pensamos que, durante este mês, temos de profunda discussão, até à altura em que os estatutos estiverem aprovados bem como o Programa, discussão agora amplamente aberta em virtude das Jornadas Democráticas, podemos resolver essas questões e clarificar essas posições.

A opção de cada um de elementos é individual. Qualquer acção depois disso se poderá fazer ao MDP? O que existe, é a preocupação fundamental de desenvolver a linha própria do MDP. E esta é a predominância. Para quem conhece o Movimento Democrático em todo o país, é claro, que este encontrará precisamente as pessoas sem partido, sem opção partidária. Se aderem ao MDP, não é só também porque têm dificuldade de opção partidária, mas porque se identificam com a sua linha política. Ainda, assim, tem esta entrevista foi gravada na Quarta-leira — N.L.H. tivemos dito exemplo.

Entre as centenas de adesões que temos recebido nestes últimos três dias, desde que nos transformámos em partido, há movimento sem só interesse a pontos de estarmos já com problemas de classificação e armamento que excede tudo o que nós pensamos), como se entre outros, o José Gomes Ferreira, o Carlos de Oliveira, o Luis Filipe Costa, pessoas, como e evidente, com capacidade para se definirem politicamente e optarem por qualquer partido se quisessem. Se o fazem pelo nosso, é porque acham que nestas condições existem livres.

Queria acrescentar apenas que

quanto à política para a qual decidamos a ser provocados, nunca tivemos a ser entrar, porque pensamos, por um lado, que o nível dos ataques que nos eram feitos não mereciam resposta. Pelas manifestações de simpatia e apoio que tivemos, verificamos que o próprio povo, tinha logo a resposta sem que nós a díssemos. Também não quisimos entrar nessa política pelo facto de termos consciência que os problemas fundamentais de povo português não são esse género. O povo português, o povo do país, das aldeias, dos campos, das fábricas, não dá importância a este tipo de política. Não tem interesse por este tipo de discussão entre partidos e organizações. Para eles são coisas secundárias. E resulto naturalmente e muito tímido, porque para eles o fundamental é que as organizações e partidos sejam capazes em conjunto de construir um Portugal democrático. Fora disso, tudo o que seja accionar-lhes dividendos, tudo o que seja baixo nível de política, como o verificado agora é perturbante e muito de populações menos politizadas sem capacidade para perceberem a subtilidade dessas discussões, acaba por ser desmobilizador. O que é importante, agora é mobilizar a povo e não provocar tipos de polémicas que são infladas artificialmente, porque elas não correspondem às reais exigências da luta democrática neste momento.

Embora pensamos que foi relevante o tipo de polémica que nos foi levantado, não nos estamos do modo nenhum dispostos a responder nesse tom e pensamos que ela se reveste de muita utilidade dentro da acção democrática pela disposição negativa que revela de certas organizações. Independentemente disso faremos todos os esforços para trabalhar em conjunto na contribuição para Portugal democrático.